



Fórum Nacional da Indústria

## 6º RELATÓRIO DE GESTÃO



# MAPA ESTRATÉGICO DA Indústria

Brasília, 2011

 2007 - 2015

**6º RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA**  
**2007 - 2015**

Brasília, março de 2011.



# SUMÁRIO

1.	Introdução	05
2.	Mapa Estratégico da Indústria	07
3.	Painel Executivo	08
4.	Acompanhamento da Execução das Metas	13
5.	Situação dos Programas e Projetos	15
	■ Liderança Empresarial	15
	■ Ambientes Institucional e Regulatório	18
	■ Infraestrutura	52
	■ Disponibilidade de Recursos	58
	■ Expansão da Base Industrial	63
	■ Inserção Internacional	68
	■ Gestão Empresarial e Produtividade	85
	■ Inovação	88
	■ Responsabilidade Social e Ambiental	95
ANEXO I	Histórico	106
ANEXO II	Revisão do Mapa	109

## ■ Relatório de Gestão do Mapa Estratégico da Indústria

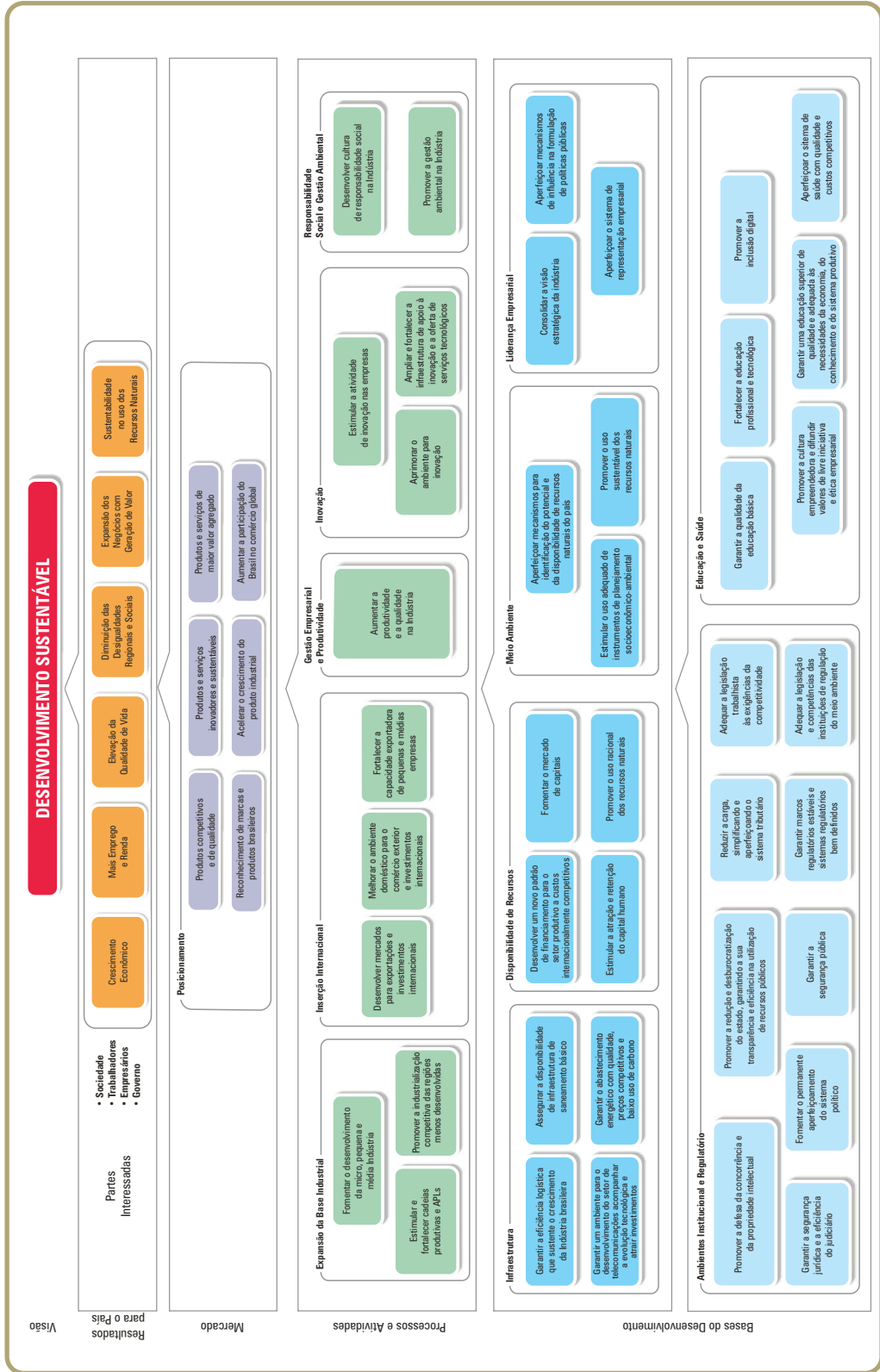
O 6º Relatório de Gestão proporciona a visão geral da evolução dos programas e projetos do Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015). É acompanhado do 4º Caderno de Indicadores, que apresenta a análise e evolução dos 18 principais indicadores do Mapa.

Esse Relatório descreve as atividades desenvolvidas em 2010 e grau de execução dos programas e projetos.































Com o objetivo de proporcionar aos membros mais recentes do Fórum Nacional da Indústria o conhecimento de todo o processo de criação e gestão do Mapa Estratégico, esse Relatório resgata e apresenta, como anexos, o histórico do projeto e as ações de fortalecimento da gestão integrada do Mapa.






























# 2. Mapa Estratégico da Indústria





















































### 3. Painel Executivo











TEMAS / PROJETOS		início 2011	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novo
<b>LIDERANÇA EMPRESARIAL</b>								
1.1	Reestruturação do Sistema de Representação Empresarial em Órgãos Públicos							
<b>AMBIENTES INSTITUCIONAL E REGULATÓRIO</b>								
4.1	Monitorar as ações da Comissão Mista que trata do rito de tramitação para apreciação de Medidas Provisórias pelo Congresso							
4.2	Acompanhar e influenciar tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que disciplina a edição de Medidas Provisórias							
5.1	Desenho e implementação de processo de aprovação, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes							
6.1	Monitorar a tramitação do conjunto de projetos de lei – derivado da Reforma do Judiciário – que visa conferir maior celeridade ao processo judicial							
8.1	Parcerias para redução de roubo de carga							
9.1	Políticas públicas sobre sistema de segurança							
10.1	Projeto de Combate à Concorrência Desleal e à Pirataria							
11.1	Proposta da Indústria para Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência							
12.1	Proposta de Desburocratização do Estado com Aumento de sua Eficiência							
13.1	Proposta da Indústria para Redução do Déficit Público							
13.2	Gestão do Estado e Eficiência e Produtividade							
16.1	Consolidação do Posicionamento da Indústria com relação à Reforma Política							
17.1	Desoneração de Exportações							
17.2	Desoneração de Investimentos							
18.1	Elaborar Proposta da Reforma do Sistema Tributário Brasileiro							
20.1	Compensação Ambiental							
20.2	Licenciamento Ambiental							
20.3	Resíduos Sólidos							



TEMAS / PROJETOS		início 2011	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novo
20.4	Resíduos Sólidos 2							
20.5	Biodiversidade							
20.6	Mudança do Clima							
20.7	Biotecnologia							
21.1	Projeto de Reforma do Marco Regulatório de Saneamento Básico (PL 5296/2005).							
22.1	Desenvolver ações para que as propostas publicadas no documento da CNI "Agências Reguladoras: A Experiência Internacional e a Avaliação da proposta de Lei Geral Brasileira" sejam implementadas.							
23.1	Elaborar a visão da Indústria sobre boas práticas de relações de trabalho e desenvolver mecanismos de difusão.							
23.2	Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas de Relações do Trabalho.							
24.1	Elaborar e promover anteprojeto de lei de reforma trabalhista que contemple a visão da Indústria.							
24.2	Adequar a proposta de reforma sindical aos objetivos da Indústria.							
24.3	Elaborar estudos e propostas sobre temas específicos de regulação do mercado de trabalho.							
<b>INFRAESTRUTURA</b>								
31.1	Identificar encargos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica e propor soluções para a sua redução							
31.2	Posicionamento do setor industrial com relação ao marco regulatório para o setor de gás natural							
35.1	Projeto de reforma institucional do setor de transportes							
35.3	Aumento da eficiência das administrações portuárias							
35.4	Projeto de aumento da oferta e da qualidade dos serviços no transporte marítimo de longo curso (internacional) e cabotagem, com destaque para dinamização do transporte de contêineres							
<b>DISPONIBILIDADE DE RECURSOS</b>								
37.1	Implementar o Plano Diretor de Mercado de Capitais							
38.1	Desenvolver Novos Mecanismos de Financiamento de Fontes Não-Bancárias.							

TEMAS / PROJETOS		início 2011	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novo
38.2	Financiamento							
39.1	Redução da Taxa Básica e do <i>Spread</i> Bancário							
<b>EXPANSÃO DA BASE INDUSTRIAL</b>								
42.1	Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI)							
43.1	Projeto de melhoria e aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa							
43.3	Regulamentação e Aperfeiçoamento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa							
43.4	Portal do Observatório da Lei Geral							
44.1	Estudo sobre o mecanismo de financiamentos para as micro e pequenas empresas							
<b>INSERÇÃO INTERNACIONAL</b>								
46.1	Fortalecimento dos mecanismos de promoção comercial							
46.2	Base de dados em Comércio Exterior							
46.3	Ações de Promoção Comercial no Exterior							
46.4	Implantação de Unidades de Atendimento da APEX-Brasil em Federações de Indústria							
46.5	Gerenciamento do Programa AI-Invest IV							
46.6	Execução Nacional do Programa AI-Invest IV							
46.7	Inteligência Comercial							
46.8	Missões Empresariais Prospectivas no Exterior							
47.1	Avaliação do sistema de financiamento às exportações							
47.2	Certificação de Origem Digital							
47.3	Definição de Agenda de Defesa de Interesses no Exterior							
48.1	Redução da burocracia no comércio exterior							
49.1	Mapeamento dos interesses da indústria com relação à agenda de acordos comerciais							

TEMAS / PROJETOS		início 2011	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novos
50.1	Consolidação e aperfeiçoamento do sistema empresarial de influência em Negociações Internacionais (CEB)							
51.1	Aperfeiçoamento do modelo institucional de comércio exterior e negociações internacionais							
52.1	Assessorar as Empresas para o processo de exportação (EXPORTA CIN)							
52.3	Capacitação Empresarial em Comércio Exterior							
52.4	Programas de Prospecção de Mercado Externo							
<b>GESTÃO EMPRESARIAL E PRODUTIVIDADE</b>								
53.1	Iniciativas de apoio à Competitividade Empresarial.							
53.2	Programa de Mobilização Empresarial para a Competitividade							
<b>INOVAÇÃO</b>								
54.1	Projeto: Criação de redes de instituições de apoio à inovação nas empresas							
54.2	Programa de Mobilização Empresarial para a Pesquisa Cooperativa							
54.3	Programa de Representação Empresarial nos Fundos Setoriais							
56.2	Projeto "Rede de Competências" (CNI-HEL-SENAI)							
57.1	Projeto de Modernização dos Centros Tecnológicos e de Prestação de Serviços de TIB							
57.2	Programa Brasileiro de Avaliação de Conformidade - PBAC							
57.3	Programa Brasileiro de Normalização - PBN							
60.1	Criação de um Ambiente Regulatório Favorável à Inovação nas Empresas							
60.2	Programa de Mobilização Empresarial Pró-Inovação							
<b>RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTA</b>								
61.2	Análise do ciclo de vida							
62.1	Eficiência Energética							
62.2	Rede CNI de Produção mais limpa (P+L)							

TEMAS / PROJETOS		início 2011	em execução	integrado	encerrado	adiado	início / término alterado	novo
62.3	Sistema Integrado das Bolsas de Resíduos do Sistema Indústria - SIBR							
62.4	Recursos Hídricos							
63.1	Articular os conselhos, núcleos ou grupos de responsabilidade social para atuação em rede							
63.2	Fomentar a cultura da responsabilidade social no meio empresarial							
63.3	Contribuir para a formulação de políticas públicas e para a criação e aperfeiçoamento da legislação de incentivos à responsabilidade social							
63.4	Mapear, acompanhar e apoiar ações, prêmios e certificações relativas à Responsabilidade Social Empresarial							

## 4. Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/ IBGE	3,2% (2005) 4,0% (2006) 6,1% (2007) 5,2% (2008) -0,6% (2009) 7,5% (2010)	Crescimento de 5,5% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 7,0% a.a (Taxa média até 2015)	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↑	distanciando da meta ↓
Crescimento do PIB Industrial	Contas Nacionais/ IBGE	2,1% (2005) 2,2% (2006) 5,3% (2007) 4,1% (2008) - 6,4% (2009) 10,1% (2010)	Crescimento de 7,0% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 8,5% a.a (Taxa média até 2015)	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↑	distanciando da meta ↓
Índice de Produtividade da Indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	- 0,1% (2005) 2,7% (2006) 2,3% (2007) - 1,7% (2008) 0,3% (2009) 3,2% (2010)	Crescer 3,50% a.a (taxa média até 2010)	Crescer 6% a.a (taxa média até 2015)	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓
Taxa de Desemprego	PNAD/IBGE	9,8% (2005) 10,0% (2006) 9,3% (2007) 7,9% (2008) 8,1% (2009) 6,7% (2010)	Alcançar 7,0% até 2010	Alcançar 6,0% até 2015	atingiu a meta de 2010 ●	convergindo para a meta ↑	distanciando da meta ↓
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	Contas Nacionais/ IBGE	15,1% (2005) 14,4% (2006) 13,4% (2007) 13,7% (2008) 11,1% (2009) 11,2% (2010)	Alcançar 20,0% até 2010	Alcançar 30% até 2015	distante da meta ↓	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓
Crédito / PIB	Banco Central	28,3% (2005) 30,9% (2006) 35,2% (2007) 40,5% (2008) 44,4% (2009) 46,7% (2010)	Alcançar 50,0% até 2010	Alcançar 70% até 2015	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	atingiu a meta de 2010 ●
Spread Bancário	Banco Central	28,6% (2005) 27,2% (2006) 22,3% (2007) 30,7% (2008) 24,3% (2009) 23,6% (2010)	Alcançar 20,0% até 2010	Alcançar 10% até 2015	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↑	convergindo para a meta ↑
Taxas Real de Juros (Selic/IPCA)	Banco Central	11,5% (2005) 10,7% (2006) 8,1% (2007) 6,4% (2008) 5,0% (2009) 4,6% (2010)	Alcançar 5,0% até 2010	Alcançar 4% até 2015	atingiu a meta de 2010 ●	atingiu a meta de 2010 ●	atingiu a meta de 2010 ●
Carga Tributária	Receita Federal	33,4% (2005) 33,4% (2006) 33,9% (2007) 34,1% (2008) 33,1% (2009) 34,1% (2010)* * Estimativa CNI	Alcançar 33% até 2010	Alcançar 27% até 2015	distanciando da meta ↓	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓
Oferta Interna de Energia	Empresa de Planejamento Energético – EPE	2,3% (2005) 3,5% (2006) 5,4% (2007) 5,9% (2008) -3,5% (2009)	Crescimento médio de 7,0% a.a até 2010	Crescimento médio de 8,5% a.a até 2015	distanciando da meta ↓	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↓

LEGENDA: ● Atingiu a meta    ↑ Convergindo para a meta    ↑ Est. distante e converge em ritmo inferior ao planejado  
 ↓ Est. distante e não apresenta movimento de convergência à meta    ↓ Distanciando da meta

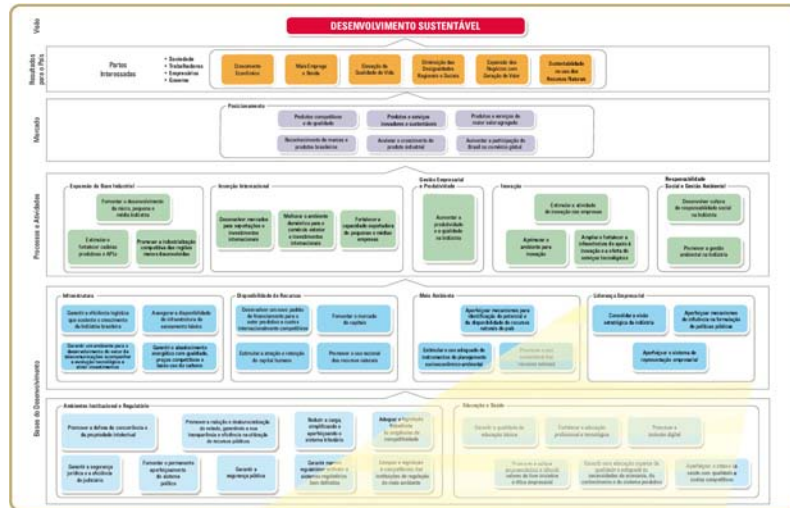
## Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009
Investimento em Infra-estrutura dos transportes / PIB	Ministério dos Transportes	0,13% (2005) 0,19% (2006) 0,22% (2007) 0,21% (2008) 0,31% (2009) 0,35% (2010)* *Estimativa CNI	Alcançar 0,50% até 2010	Alcançar 0,60% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↓
Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	PNAD/IBGE	48,2% (2005) 48,5% (2006) 51,1% (2007) 52,5% (2008) 52,5% (2009)	Alcançar 60,00% até 2010	Alcançar 70% até 2015	distante da meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
Investimento Privado em Inovação / PIB	MCT	0,49% (2005) 0,50% (2006) 0,50% (2007) 0,54% (2008) 0,59% (2009)	Alcançar 0,8% até 2010	Alcançar 1,4% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	convergindo para a meta ↑
Pisa	OECD	396 (2000) 403 (2003) 393 (2006) 412 (2009)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2001) até 2015		distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
Domicílios com acesso a Internet	PNAD/IBGE	13,6% (2005) 16,7% (2006) 20,0% (2007) 23,8% (2008) 27,4% (2009)	Alcançar 25,0% até 2010	Alcançar 30% até 2015	atingiu a meta de 2010 ●	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
Renda <i>per capita</i> em US\$ constantes - paridade de poder de compra (PPP)	FMI	8.603 (2005) 9.166 (2006) 9.900 (2007) 10.526 (2008) 10.499 (2009)* 11.289 (2010)* * Estimativa FMI	Alcançar 12.000 PPP até 2015		convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
GINI	PNAD/IBGE	0,544 (2005) 0,541 (2006) 0,528 (2007) 0,521 (2008)	Alcançar 0,5 até 2015		convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	atingiu a meta ●
IDH	PNUD	0,649 (2000) 0,678 (2005) 0,693 (2009) 0,699 (2010)	Devido à mudança de metodologia do PNUD, será elaborada nova proposta de metas a ser apresentada ao Fórum posteriormente.			convergindo para a meta ↑	atingiu a meta ●

LEGENDA: ● Atingiu a meta    ↑ Convergindo para a meta    ↑ Estão distante e converge em ritmo inferior ao planejado  
 ↓ Estão distante e não apresenta movimento de convergência à meta    ↓ Distanciando da meta

# 5. Situação dos Programas e Projetos

## LIDERANÇA EMPRESARIAL



Os empresários são agentes do desenvolvimento e da mudança. Não apenas com as iniciativas em suas empresas, mas também como parte integrante da sociedade, ao participar da construção e da implementação de políticas públicas.

O sucesso das medidas propostas no Mapa Estratégico da Indústria depende de uma liderança empresarial catalisadora, que impulse e mobilize a sociedade, além de ações privadas e de governo na direção das transformações necessárias ao desenvolvimento do País.

### Programas e Projetos Associados:

#### Programa 1. Mecanismos de Consulta do Governo ao Setor Privado

**Objetivo:** Desenvolver iniciativas voltadas para a ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta do governo ao setor privado.

##### Projeto Associado 1-1: Reestruturação do Sistema de Representação Empresarial em Órgãos Públicos

**Objetivo:** Capacitar representantes da Indústria que atuam em comitês, conselhos, grupos de trabalho e outras instâncias de representação para defender a visão do setor perante os órgãos públicos.

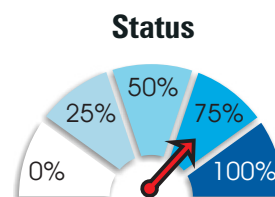
##### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Pablo Cesário.

##### Ações realizadas:

- Lançamento do Guia do Representante em 2005;
- Relacionamento e reuniões de alinhamento com representantes da CNI, realizados em casos específicos (Meio Ambiente, Relações do Trabalho, Economia);
- Aprimoramento do processo de indicação de representantes CNI para as instâncias de representação, mediante consulta às Federações, identificação de perfil adequado, instrução sobre forma de trabalho da instância, etc;
- Tradução e publicação do Guia da OIT sobre lobby, e distribuição aos representantes CNI;
- Divulgação do trabalho de gestão e relacionamento com representantes para as Federações de Indústria. Apoio à adoção do sistema e da ferramenta pelas Federações;
- Realização do 1º e 2º Encontro de Representantes do Sistema CNI, em maio/2005 e maio/2008, respectivamente;
- Os eventos de capacitação dos representantes da CNI planejados para 2009 foram reprogramados para 2010. O objetivo da capacitação foi desenvolver competências necessárias à atuação do representante da CNI nas instâncias de representação, tais como capacidade de negociação, elaboração de redes de relacionamento, exposição de idéias, etc;

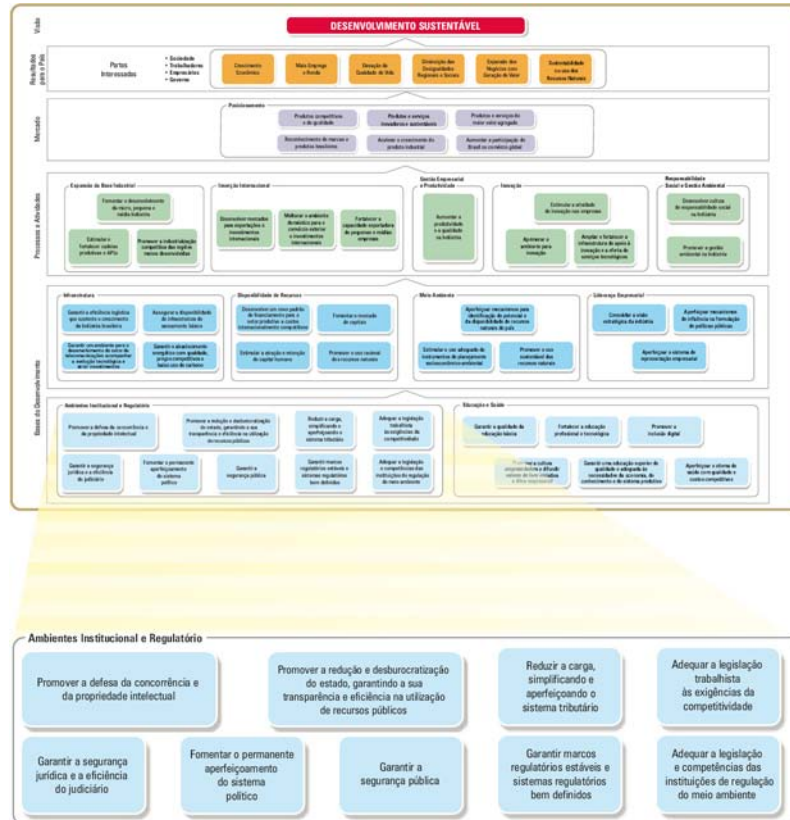
Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2011





- Em 2009 todos os representantes externos indicados para representar a CNI em instâncias governamentais receberam o Kit do Representante, contendo orientações sobre o papel de representante, incluindo o Guia do Representante CNI, guia de acesso ao Sistema de Gestão de Defesa de Interesses (SGDI), publicações da área de interesse e orientações para contato permanente com as Unidades Temáticas da CNI e constante consulta ao site e produtos da CNI que divulgam posicionamentos de interesse para ações de representação;
- Publicação intitulada “Mecanismos de Consulta da CNI” (dez/2009).
- Realizado evento de capacitação de representantes da área de saúde e segurança do trabalho nos temas comunicação e negociação(2010);
- Elaborado novo processo de gestão das instâncias de representação, com a definição de níveis de prioridades, e estabelecimento de atribuições e responsabilidades para as Unidades Temáticas e representantes (2010);
- Realização de reuniões com gerentes-executivos para priorização das representações(2010);
- Lançamento do novo Guia do Representante (2010);
- Realizado treinamento das Unidades Temáticas para uso do Sistema de Gestão de Defesa de Interesses (SGDI)(2010);
- Adotado novo processo de indicações para as representações, por meio da avaliação das competências da instância e do currículo dos indicados pelo gabinete(2010);
- Realizadas as inscrições da CNI para eleição nos Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca e Conselho Nacional de Incentivo a Cultura (2010);

# AMBIENTES INSTITUCIONAL E REGULATÓRIO



O crescimento é mais rápido em países que dispõem de boas instituições. O Brasil tem o desafio de aperfeiçoar a sua institucionalidade. Quanto mais rápida e eficaz for a implementação dessas transformações, maiores serão os benefícios em termos da criação de condições favoráveis ao crescimento.

A qualidade da regulação é fundamental. Regras claras e seguras geram confiança nos investidores. Regras simples e o estímulo à auto-regulação ou co-regulação sustentam o espírito empreendedor dos empresários. Regras excessivas e supérfluas atrofiam as empresas e aniquilam empregos.

Programas e Projetos Associados:

**Programa 4. Uso Adequado de Medidas Provisórias**

**Objetivo:** Apoiar a consolidação no regimento do Congresso Nacional da interpretação no sentido de que as propostas de emenda à Constituição, os projetos de lei complementar, as resoluções e os decretos legislativos possam ser votados em sessões extraordinárias, mesmo com a pauta trancada por Medidas Provisórias.

**Projeto Associado 4-1: Monitorar as ações da Comissão Mista que trata do rito de tramitação para apreciação de Medidas Provisórias pelo Congresso**

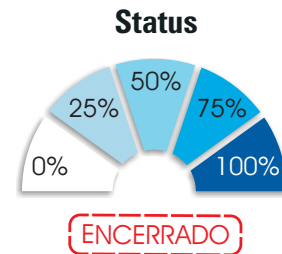
**Objetivo:** Monitorar ações da Comissão Mista que trata do rito de tramitação para apreciação de Medidas Provisórias pelo Congresso, buscando identificar oportunidades de ações para inserir a visão da Indústria no processo.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

Vladson Bahia Menezes.

**Status do Projeto:** Projeto Encerrado. A Comissão Mista constituída para estudar o rito de tramitação das Medidas Provisórias foi dissolvida sem obter consenso sobre a matéria. Na falta de consenso, na Comissão Mista, cada Casa apresentou sua Proposta. No Senado, em 6/12/2005 a PEC 72/2005 subscrita pelo senador Antônio Carlos Magalhães e outros e na Câmara, em 15/12/2005 a PEC 491/2005 pelo Deputado Sigmaringa Seixas e outros. A PEC do Senado tramitou com maior rapidez (aprovada em 1º turno em 7/01/2006 e em 2º turno em 8/01/2006). Remetida à Câmara onde tramita como PEC 511/2006.

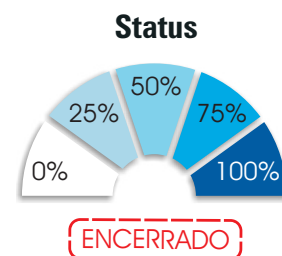
Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2006



**Projeto Associado 4-2: Monitorar e influir na tramitação de Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que disciplinem a edição de Medidas Provisórias**

**Objetivo: 1.** O texto da PEC 511/06 do Senado Federal sofreu alterações substanciais durante apreciação na Câmara dos Deputados. Pretende-se restabelecer o texto original que tem por objetivo instituir novos limites à edição das medidas provisórias de modo a coibir o uso inadequado desse instrumento, que intervêm no conteúdo e ritmo do trabalho legislativo.

Início	Fim
Fevereiro de 2007	Dezembro de 2010



## Situação dos Programas e Projetos

2. Acelerar a criação e instalação da Comissão Especial que analisará o mérito da PEC que proíbe a utilização de Medida Provisória para aumento ou criação de tributos, inclusive com a indicação de membros.

### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Vladson Bahia Menezes.

### Ações realizadas:

PEC 511/2006 – disciplina edição de Medidas Provisórias

- 16/04/2008 – aprovado substitutivo na Comissão Especial da CD;
- 18/12/2008 – aprovado pelo Plenário da CD, em primeiro turno, substitutivo da Comissão Especial;
- 17/02/2009 – aprovado pela Comissão Especial a redação para o 2º turno;
- Após aprovação do 2º turno, será devolvida ao Senado, para exame das alterações propostas pela Câmara;
- PEC 294/2008 - Proíbe a utilização de MP para aumento ou criação de tributos;
- Apresentação da PEC, de autoria do deputado Armando Monteiro Neto (PTB/PE), e apoio na aprovação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em 25/11/2009.

## Programa 5. Súmula Vinculante e Controle Externo do Judiciário

**Objetivo:** Apoiar iniciativas que assegurem a implementação adequada da Súmula Vinculante e do Controle Externo do Judiciário.

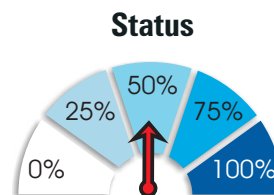
### Projeto Associado 5-1: Desenho e implementação de processo de aprovação, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes

**Objetivo:** Instituir o processo de monitoramento dos trabalhos do STF para identificar matérias de interesse do setor industrial passíveis de serem sumuladas. Desenhar processo interno para realizar análise jurídica e de efeitos econômicos de matérias da Indústria, fim de elaborar propostas sobre o assunto.

### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Cássio Borges.

Início	Fim
Fevereiro de 2007	Dezembro de 2011



**Ações realizadas:**

- Há três súmulas vinculantes aprovadas sendo acompanhadas junto ao Supremo Tribunal Federal. A área jurídica da CNI desenvolveu um sistema de acompanhamento (2009);
- Participação ativa na elaboração de propostas de súmulas vinculantes. Atualmente há 31 súmulas vinculantes aprovadas no Supremo Tribunal Federal (2010).

**Programa 6. Modernização do Arcabouço Jurídico Processual**

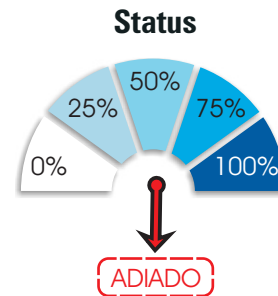
**Objetivo:** Contribuir para o aperfeiçoamento da Legislação processual, especialmente no que se refere à desburocratização de procedimentos e à revisão dos recursos judiciais.

**Projeto Associado 6-1: Monitorar a tramitação do conjunto de projetos de lei – derivado da Reforma do Judiciário – que visa conferir maior celeridade ao processo judicial**

**Objetivo:** Monitorar a tramitação de quatorze projetos de lei que propõem uma reforma processual civil e seis que estabelecem regras para agilizar e simplificar os processos na Justiça do Trabalho, buscando oportunidades de ações que atendam a visão da indústria. A tramitação desses projetos – de autoria do Poder Executivo - foi impulsionada pela aprovação da Reforma do Poder Judiciário. Divulgar estas informações por meio de boletins e outros meios de comunicação.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Cássio Borges.

<b>Início</b>	<b>Fim</b>
a definir	a definir



**Programa 8. Redução do Roubo de Cargas**

**Objetivo:** Apoiar uma Política Nacional de Prevenção e Repressão ao Roubo de Cargas com os seguintes fins:

- implementar mecanismos de capacitação e cooperação entre os órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal em ações conjuntas de combate ao roubo de cargas;
- incentivar a formação e o aperfeiçoamento do pessoal civil e militar empregado na área de transito;

## Situação dos Programas e Projetos

- iii. empreender a modernização e a adequação tecnológica dos equipamentos e procedimentos utilizados nas atividades de prevenção;
- iv. fiscalização e repressão ao roubo de cargas;
- v. desenvolver campanhas de esclarecimentos e orientação aos transportadores e proprietários de veículos de carga.

### Projeto Associado 8-1: Parcerias para redução de roubo de carga

**Objetivo:** Identificar projetos existentes e acompanhar sua implementação com vistas a verificar sua efetividade. Estabelecer parcerias com entidades privadas e órgãos públicos para estimular a implementação de mecanismos de capacitação e cooperação a fim de inibir o roubo de cargas no País.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Wagner Cardoso.

**Status do Projeto:** Projeto integrado às ações do Programa 9. Modernização e Integração do Sistema de Segurança.

Início	Fim
Março de 2006	Dezembro de 2006



## Programa 9. Modernização e Integração do Sistema de Segurança

**Objetivo:** Acompanhar e monitorar as iniciativas de modernização do sistema de segurança, com ênfase nos seguintes aspectos:

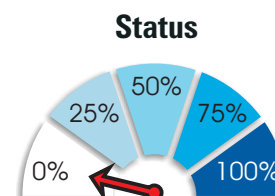
- i. integração da atuação das polícias Civil e Militar;
- ii. modificação das rotinas das ações policiais, com foco no trabalho de inteligência e investigação;
- iii. criação de banco de dados unificado e capacitação das unidades policiais com os recursos da tecnologia da informação para facilitar o atendimento à população, o mapeamento das ocorrências e o planejamento da atividade policial.

### Projeto Associado 9-1: Políticas públicas sobre sistema de segurança

**Objetivo:** Desenvolver um diagnóstico e um programa de ações para a segurança pública.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Pablo Cesário.

Início	Fim
Junho de 2011	Fevereiro de 2012



## Programa 10: Combate à Concorrência Desleal – Pirataria e Sonegação

**Objetivo:** Apoiar iniciativas para coibir as práticas de pirataria, adulteração de marcas, contrabando e sonegação de impostos por meio das seguintes medidas:

- i. informar e sensibilizar a opinião pública sobre as conseqüências da concorrência desleal;
- ii. mobilizar e apoiar os poderes constituídos e as entidades privadas para combater a concorrência desleal;
- iii. propor instrumentos legais adicionais para coibir a difusão de práticas de concorrência desleal. Este programa será desenvolvido de forma a complementar ao Programa de Estímulo à Proteção da Propriedade Intelectual das empresas.

### Projeto Associado 10-1: Projeto de Combate à Concorrência Desleal e à Pirataria

**Objetivo:** Promover diagnóstico sobre o impacto econômico da prática da pirataria, a fim de contextualizar o problema e propor ações específicas. Desenvolver um programa de ação – inclusive para as demais entidades do Sistema CNI - para informar e sensibilizar a sociedade sobre as conseqüências da prática de pirataria, sonegação e concorrência desleal. Mobilizar e apoiar o Poder Público no desenvolvimento de políticas públicas sobre o assunto.

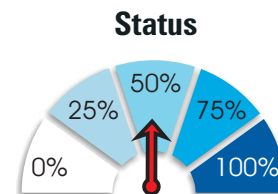
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Paulo Mól/ Diana Jungman.

#### Ações realizadas:

- Realização de workshop para identificar projetos e ações estratégicas propostas pelo setor produtivo e alinhar Planejamento Estratégico do CNCP e as oportunidades de atuação identificadas pelo setor privado;
- Realização do 2º Workshop em agosto, com o objetivo de elencar os principais temas que norteiam o combate à pirataria e identificar ações do setor produtivo destinadas ao combate à pirataria, nas esferas federal, estadual e municipal;
- Elaboração da revista educativa SESINHO sobre o tema “combate à pirataria”, que integrou as atividades da Ação Global – uma ação do SESI e da TV Globo – com tiragem de 1.000.000 de exemplares, distribuídos em todo o Brasil.

Início	Fim
Julho de 2007	Dezembro de 2012



- 07 eventos de Lançamento do Programa de Propriedade Intelectual para Inovação na Indústria no Brasil (2010), que tem o objetivo de contribuir para a construção da cultura de proteção e negócios com bens de propriedade intelectual no Brasil.
- Realização de 06 eventos em Propriedade Intelectual para técnicos do Sistema Indústria: curso básico em Propriedade Intelectual (parceria IEL-SENAI-SESI)(107 participantes), curso de gestão e negócios com Propriedade Intelectual (IEL)(39 participantes), curso de Propriedade Intelectual para acesso a banco de dados de Propriedade Intelectual (SENAI)(110 participantes), encontro de técnicos do SENAI e IEL sobre Propriedade Intelectual (40 participantes), workshop de Propriedade Intelectual para sistema FIEAM (42 participantes), palestra sobre Inovação e Propriedade Intelectual do sistema FIEPE (20 participantes);
- Realização de cursos de Propriedade Intelectual para Jovens e Adultos (2º semestre/2010): EAD modalidade curso “on line” e EAD modalidade curso “impresso”, totalizando 15.460 matrículas;
- Prestação de serviços de informação tecnológica em Propriedade Intelectual: bancos, patentes, marcas, desenho industrial (1.850 buscas nos bancos);
- Desenvolvimento de instrumentos para a difusão da Propriedade Intelectual para empresários, docentes, jovens e adultos, jornalistas, para o Sistema Indústria e para a sociedade, por meio do Blog do Programa de Propriedade Intelectual;
- Realização de cursos sobre Propriedade Intelectual em parceria com a ABINEE nas capitais de suas sedes regionais: SP, MG, PE, RS, PR e RJ;
- Elaboração e divulgação de publicação em parceria com FIESP: Brasil Intelectual – uma agenda positiva;
- Elaboração de 02 relatórios com o levantamento dos ativos de Propriedade Intelectual das entidades do Sistema Indústria no Brasil;

### **Ações a Realizar 2011-2012:**

- Consolidação do Programa de Propriedade Intelectual para a Inovação no Brasil;
- Difusão em larga escala do Programa de Propriedade Intelectual dentro do setor empresarial.



## Programa 11. Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência

**Objetivo:** Influenciar o processo de reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência por meio das seguintes medidas principais:

- Unificação dos órgãos de defesa da concorrência para evitar a sobreposição de funções;
- Análise prévia dos processos de fusão e aquisição;
- Redução dos prazos de análise dos processos;
- Reforço da capacidade do sistema de concorrência em coibir abusos de conduta, não somente nas concentrações industriais, mas também nas de comércio e serviços.

### Projeto Associado 11-1: Proposta da Indústria para Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência

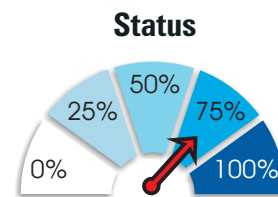
**Objetivo:** Acompanhar e avaliar a proposta do governo de reestruturação do sistema de defesa da concorrência, promovendo o alinhamento do setor industrial.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Flávio Castelo Branco.

#### Ações realizadas:

- Análise e avaliação do projeto;
- Ação de influência junto à Comissão da Câmara dos Deputados com sucesso na aceitação de emendas que foram incorporadas ao texto;
- Interação com outras organizações empresariais de modo a buscar posicionamento harmônico nas ações de influência;
- Projeto aprovado na Câmara e em tramitação no Senado;
- Série de notas técnicas sobre diversos aspectos do Projeto de Lei de alteração do SBDC, como “Análise Prévia e Critério de Faturamento para Submissões”;
- Parecer sobre o PLC 06/2009 (Reforma do SBDC);
- Reunião com o senador Francisco Dornelles para tratar das proposições e emendas do PLC 06/2009;
- Reunião com diversos empresários industriais interessados na discussão sobre a reestruturação do SBDC.

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2011



### Programa 12. Desburocratização do Estado

**Objetivo:** Elaborar sugestões voltadas para a implementação de ações que simplifiquem a relação do Estado com o cidadão e as empresas, a fim de reduzir ou eliminar formalidades e exigências burocráticas excessivas.

#### Projeto Associado 12-1: Projeto Corte a Burocracia

**Objetivo:** Elaborar, enviar ao governo e acompanhar a implementação de propostas de instrumentos normativos com o objetivo de reduzir o excesso de burocracia no Estado.

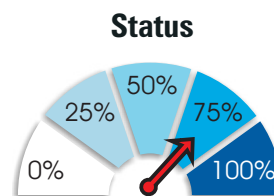
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Renato da Fonseca.

#### Ações realizadas:

- Coleta de sugestões de propostas de redução da burocracia. Chegaram 98 sugestões que resultaram na construção de oito propostas;
- Redefinição do projeto devido ao pequeno número de sugestões recebido. O novo projeto envolverá na contratação de especialistas que irão construir as propostas para avaliação da CNI;
- Realização do I Seminário Regional sobre Burocracia e Competitividade na sede da FIEG-GO (março de 2010);
- Realização de pesquisa de opinião com empresários sobre burocracia e seus efeitos nas empresas (março de 2010);
- Contratação de consultoria, Aliança Procomex, para identificação de propostas de entraves burocráticos na área de comércio exterior;
- Identificação de 17 propostas em temas, como despacho fracionado, fiscalização ininterrupta, multas cumulativas, entre outros;
- Realização de Sondagem sobre Burocracia com empresas industriais sobre o excesso de burocracia no cumprimento das obrigações legais, complexidade das leis e da alta frequência de mudança e temas prioritários para a redução da burocracia.

Início	Fim
Março de 2008	Dezembro de 2011



### Programa 13. Redução do Déficit Público

**Objetivo:** Atuar para a redução do déficit público e para a definição de mecanismos de limitação dos gastos públicos e desburocratização do Estado.

#### Projeto Associado 13-1: Proposta da Indústria para Redução do Déficit Público

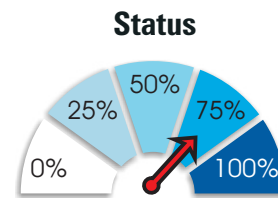
**Objetivo:** Consolidar o posicionamento do setor industrial por meio da realização de seminários e reuniões com empresas e associações industriais.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Flávio Castelo Branco.

**Ações realizadas:**

- Análise e acompanhamento da evolução do gasto público;
- Publicação de estudo sobre gastos públicos elaborado por Raul Velloso e patrocinado pela Ação Empresarial na Revista da Indústria (CNI);
- Elaboração de estudos e propostas sobre a Previdência Social;
- Participação no Fórum Nacional da Previdência Social;
- Em 2009, não houve ação para redução do déficit público, o ano caracterizou-se por políticas fiscais anticíclicas;
- Elaboração da seção de Tributação e Gasto Público do documento “A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor”, entregue aos candidatos ao novo governo (2010);
- Análise e acompanhamento sistemático da evolução do gasto público.

Início	Fim
Novembro de 2005	Dezembro de 2011



#### Projeto Associado 13-2: Gestão do Estado e Eficiência e Produtividade

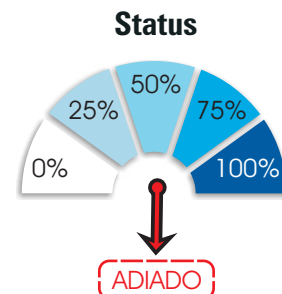
**Objetivo:** Consolidar e apresentar proposta de choque de gestão do Estado visando maior eficiência e produtividade.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Flávio Castelo Branco.

**Ações realizadas:**

- Projeto adiado.

Início	Fim
a definir	a definir



### Programa 16. Reforma Política

**Objetivo:** Desenvolver iniciativas que estimulem o debate sobre o aprimoramento das instituições políticas com vistas à realização de reformas dos sistemas partidário e eleitoral que contemplem:

- i. financiamento de campanhas;
- ii. fidelidade partidária;
- iii. voto distrital.

#### Projeto Associado 16-1: Consolidação do Posicionamento da Indústria com relação à Reforma Política

**Objetivo:** Consolidar o posicionamento da Indústria, com participação do Fórum Nacional da Indústria, Diretoria da CNI e COAL, em relação aos principais pontos que caracterizam uma reforma política (sistema eleitoral, financiamento público de campanhas, fidelidade partidária, regras relativas a coligações e regime de governo), por meio de seminários e estudos.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Vladson Bahia Menezes

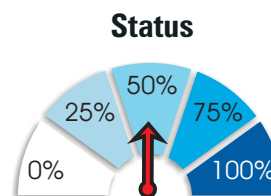
#### Ações realizadas:

- Etapa inicial finalizada com apresentação, discussão e entrega de documento com resultado da pesquisa sobre os principais temas da reforma política em reunião de diretoria do 1º Semestre de 2007.

#### Evolução da Reforma Política:

- Substituição do projeto (2679/2003 arquivado) pelo PL 1210/2007, com o mesmo teor, em 2007. Está em Plenário, aguardando a conclusão da votação. Rejeitado o dispositivo que pretendia o voto em listas fechadas. Os demais pontos do projeto: financiamento público de campanha, fidelidade partidária, proibição de coligação nas eleições e cláusula de barreira, não foram apreciados até a presente data;
- Conclusão da votação na Câmara do PLP 35/2007 que trata de fidelidade partidária e encaminhamento ao Senado (2008). Aguarda parecer do relator na CCJ do Senado;
- Conclusão, no Senado, de votação da PEC 23/2007 que trata de fidelidade partidária e encaminhada à Câmara (2008). Aguarda votação do parecer do relator na CCJC da Câmara;

Início	Fim
Janeiro de 2007	Dezembro de 2011



- Encaminhamento do Poder Executivo ao Congresso Nacional, em fevereiro de 2009, de nova proposta de reforma política formalizada em 1 Proposta de Emenda Constitucional e 5 projetos de lei, que tratam de: Cláusula de desempenho eleitoral; Inelegibilidade; Financiamento público de campanha; Fidelidade partidária; Sistema de Listas fechadas; e Coligações eleitorais. Aprovado e sancionado apenas o projeto que regulamenta o uso da internet para fins eleitorais;
- Necessidade de consolidação do posicionamento empresarial sobre os temas da reforma e definição da sua estratégia.

## Programa 17. Desoneração das Exportações e Investimentos

**Objetivo:** Atuar na construção, mobilização e convergência de propostas voltadas à desoneração tributária total das exportações e investimentos.

### Projeto Associado 17-1: Desoneração de Exportações

**Objetivo:** Elaborar e apresentar ao Governo Federal - Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - proposta(s) de desoneração tributária de exportações.

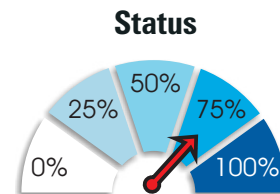
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Flávio Castelo Branco.

#### Ações realizadas:

- Discussões com governo e parlamentares sobre o problema do ressarcimento dos créditos de ICMS nas exportações ("Lei Kandir"), com apresentação de propostas de solução (sem avanços);
- Participação na elaboração de propostas desenvolvidas pela Ação Empresarial;
- Desenvolvimento de nova proposta para ressarcimento de créditos de ICMS a partir de estudo contratado a FUNCEX, relatório final concluído (2009);
- Ação junto ao Executivo e CAMEX para criação de mecanismos automáticos no uso de créditos de tributos federais;
- Ação junto ao Grupo de Acompanhamento da Competitividade (GAC), no âmbito do Ministério da Fazenda, para priorizar os estímulos às exportações e viabilizar solução à questão do acúmulo de créditos tributários;

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2011



- Elaboração da seção de Tributação e Gasto Público de proposta de eliminação da tributação sobre exportações no documento "A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor", entregue aos candidatos ao novo governo (2010);
- Avaliação de propostas para resolver o problema de acúmulo de créditos tributários nas exportações e elaboração de exposição de motivos e de apresentação sobre o tema;
- Avaliação das medidas econômicas para incentivos às exportações divulgadas pelo Governo Federal, bem como a evolução de tais medidas;
- Apresentação à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) da nova proposta para evitar o acúmulo de saldos credores de tributos federais elaborada por seus membros, sendo a CNI indicada como porta-voz do Conselho Consultivo do Setor Privado da Câmara de Comércio Exterior (CONEX). A proposta consiste em permitir que as empresas compensem créditos de tributos federais com débitos próprios de contribuições previdenciárias e foi apresentada na reunião do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX).

### Projeto Associado 17-2: Desoneração de Investimentos

**Objetivo:** Elaborar e apresentar ao Governo Federal - Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, proposta(s) de desoneração tributária de investimentos.

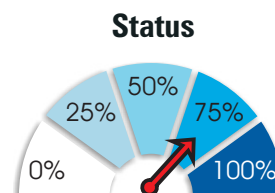
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Flávio Castelo Branco.

#### Ações realizadas:

- Apresentação de um conjunto de propostas de desoneração tributária dos investimentos no âmbito da nova política industrial;
- Apresentação de contribuições ao projeto de reforma tributária do executivo;
- Apresentação de propostas de aprofundamento da desoneração dos investimentos no âmbito das medidas emergenciais de combate à crise;
- Ação junto ao Grupo de Acompanhamento da Competitividade (GAC), no âmbito do Ministério da Fazenda, para acelerar a desoneração tributária total dos investimentos, priorizando os tributos federais (2009);
- Apresentação no Grupo de Avanço da Competitividade (GAC-MF) de proposta de eliminação da tributação federal sobre os bens des-

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2011



tinados ao ativo fixo por meio da adoção de crédito imediato de PIS/Cofins sobre aquisição desses bens (atualmente em 12 meses); bem como criar condições para implementação de um cronograma de redução dos prazos de utilização dos créditos no caso do ICMS (atualmente em 48 meses) (2010);

- Elaboração da seção de Tributação e Gasto Público de proposta de eliminação da tributação sobre investimentos no documento “A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor”, entregue aos candidatos ao novo governo;
- Nota Técnica para subsidiar o Presidente da CNI em reunião com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, sobre os investimentos em infraestrutura e o orçamento da União para 2011.

### Programa 18. Ampla Reforma Tributária para Competitividade e Eficiência

**Objetivo:** Formular propostas e influenciar a aprovação de uma reforma tributária que simplifique o sistema tributário e proporcione aumento da competitividade e eficiência dos produtos brasileiros.

#### Projeto Associado 18-1: Elaborar Proposta da Reforma do Sistema Tributário Brasileiro

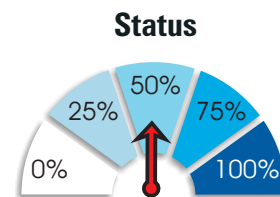
**Objetivo:** Acompanhar e avaliar a evolução das emendas constitucionais em tramitação que alteram o sistema tributário brasileiro e consolidar o posicionamento do setor industrial, por meio de reuniões e seminários com empresas e associações. Consolidar e apresentar proposta do setor empresarial em conjunto com a Ação Empresarial.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Flávio Castelo Branco.

#### Ações realizadas:

- Conjunto de ações pró-ativas:
- Reuniões com governadores de Estados para superar entraves federativos;
- Série de workshops temáticos com segmentos industriais visando harmonizar posicionamento (publicação da memória das discussões);
- Interação permanente com o Ministério da Fazenda para acompanhar evolução da proposta do Executivo e influenciar em sua elaboração;

Início	Fim
Novembro de 2005	Dezembro de 2011



## Situação dos Programas e Projetos

- Publicação do livro "O Dilema Fiscal: Remendar ou Reformar?" sobre a reforma ampla e a questão fiscal;
- Proposta aprovada na Comissão Especial em dezembro de 2009. Discussão no plenário transferida para março de 2009;
- Realização de Seminário Internacional sobre a reforma em março de 2009, pela CNI e CESP (da Câmara);
- Apresentação de emendas ao projeto de Reforma Tributária;
- Discussão da reforma foi paralisada na Câmara em meio a dificuldades na esfera federativa e devido a priorização das ações anti-crise; projeto de reforma deve aguardar o novo governo (2009);
- Projeto de Reforma Tributária não avançou no Congresso durante o ano (2010).

### Programa 20: Regulação Ambiental

**Objetivo:** Formular propostas destinadas ao aperfeiçoamento da regulamentação ambiental, de modo a:

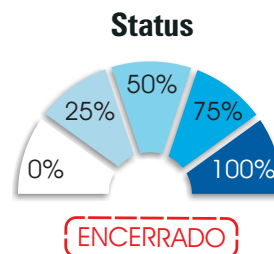
- i. Reduzir a superposição de funções dos entes federativos;
- ii. Elevar a qualidade do processo de formulação de políticas ambientais;
- iii. Encaminhar novas proposições para garantir o desenvolvimento sustentável do País.

#### Projeto Associado 20-1: Compensação Ambiental

**Objetivo:** Influenciar o tema para que haja regulamentação que estabeleça a metodologia e a base de cálculo da compensação e que defina o limite máximo de 0,5% a ser pago pelo empreendedor a título de compensação ambiental. Contexto: A Lei n.º 9.985/00, em seu art. 36, determina a obrigatoriedade dos empreendedores em apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação (UC's) do grupo de Proteção Integral, em um montante não inferior a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Shelley Carneiro.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2009





**Ações realizadas:**

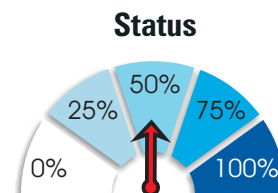
- Contribuições à minuta de Projeto de Lei 266/07 – Substitutivo do deputado Luiz Carreira – teto máximo de 0,5% de compensação;
- Reunião com o deputado Luiz Carreira, acompanhada de representantes do Instituto Ação Brasil e FIESP. A proposta de estabelecer o limite máximo da compensação ambiental em 0,5% foi acatada e o PL 266/07 foi colocado na pauta da CMADS em abril de 2008 e retirada em seguida, devido à decisão do STF;
- Reunião para análise da decisão do STF. Após a publicação do acórdão pelo STF, em junho de 2008, a CNI encaminhou embargos de declaração solicitando que a declaração de inconstitucionalidade só surta efeitos a partir de um ano do julgamento da ADIn ou até que se estabeleça uma metodologia de cálculo da compensação por instrumento legal;
- Indicação de representantes para a Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA), recriada por portaria do MMA. A primeira reunião da CFCA foi realizada em agosto de 2008;
- Duas reuniões para discussão dos documentos apresentados na CFCA e proposta de metodologia para o cálculo da compensação, baseada naquela apresentada pelo próprio Ministério do Meio Ambiente. Em reunião com a Subchefia Adjunta de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, a CNI foi informada que a versão apresentada pelo MMA seria aprimorada para publicação do decreto;
- Contribuição para aprovação do Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que regulamenta a compensação ambiental e fixa como teto 0,5% do valor de investimento como compensação para os impactos não mitigáveis de empreendimentos de significativo impacto ambiental.

**Projeto Associado 20-2: Licenciamento Ambiental**

**Objetivo: 1-** Contribuir com os detalhes e aprovação do PLP 388/2007 (PLP 12/2003) que, ao regulamentar o artigo 23 da Constituição Federal, define as competências dos entes federados para o licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras de poluição.

**2 -** Contribuir com as discussões do PL 3729/04, que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental (prazos de licenças, estudos ambientais, etc.).

Início	Fim
Fevereiro de 2003	Dezembro de 2011



Contexto: Os problemas nessa área têm se constituído em obstáculo às decisões de novos investimentos no país ou na manutenção dos já existentes. Dirimir os potenciais conflitos de competência entre os entes federados é essencial para garantir segurança jurídica aos investimentos do setor produtivo. Além disso, é necessário aperfeiçoar o procedimento sistêmico do licenciamento ambiental, tornando-o mais ágil e objetivo

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Shelley Carneiro.

### **Ações realizadas:**

- PLP 388/07 aprovado na forma de substitutivo na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPA-DR) em maio de 2007 e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Câmara dos Deputados, em dezembro de 2007: as sugestões da CNI foram substancialmente acatadas;
- Reunião com relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara para apresentar suas impressões preliminares sobre o texto substitutivo ao PLP 388/07 aprovado. Encaminhamento de sugestões de aprimoramento ao substitutivo em discussão;
- Reunião com a Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na CNI, com a presença de representantes de diversos setores da indústria;
- Negociações com a SECEX/MMA e encaminhamento de comentários sobre a última versão proposta para o PLP;
- Aprovado, em abril de 2009, substitutivo ao PLP 388/07 na CCJC, com as contribuições encaminhadas pela CNI acatadas;
- Reuniões com o Ministério do Meio Ambiente (Secretaria Executiva e Consultoria Jurídica) e com a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil para discussão de pontos do substitutivo aprovado;
- Aprovação do PLP 388/07, na forma de emenda global de Plenário, com as propostas da CNI mantidas, em dezembro de 2009. O PLP foi encaminhado ao Senado, onde recebeu o número de PLC 1/10.
- Participação das reuniões do Grupo de Trabalho na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados para discutir o PL 3729/04, que disciplina o licenciamento ambiental durante o ano de 2009;
- Reunião com o relator da CMADS na CNI para apresentar impressões sobre o substitutivo ao PL 3729/04 em discussão;

- Apresentação de relatório com substitutivo ao PL 3729/04 em dezembro de 2009 na CMADS, com algumas contribuições da CNI acatadas.
- Aprovação do PLC 1/10, em maio de 2010, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, na forma do texto aprovado na Câmara e apoiado pela CNI.
- Participação da CNI em audiência pública no Senado, realizada em dezembro de 2010 pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, onde o projeto encontra-se para votação.

### Projeto Associado 20-3: Resíduos Sólidos

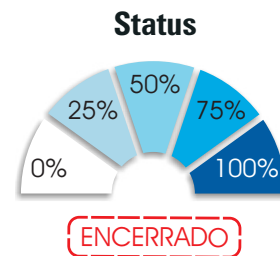
**Objetivo:** Estabelecer legislação que consolide uma política nacional de resíduos sólidos, por meio da definição da responsabilidade do setor público e do estímulo à redução da geração de resíduos. Contexto: Acompanhamento do PL 203/91 e de todos os PLs a respeito do tema a ele apensado.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Shelley Carneiro.

#### Ações realizadas:

- Reunião com Secretário de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano, Luciano Zica.( MMA)- Dez 07;
- Preparação de posicionamento/proposta da indústria sobre o PL 1991/07 e realização de novas reuniões com o Secretário Luciano Zica e ações junto ao Congresso Nacional;
- Duas reuniões de alinhamento do setor produtivo em torno da minuta de PL de Política Nacional de Resíduos Sólidos (PL do Executivo 1991/07, apensado ao 203/91 do Senador Francisco Rollemberg);
- Reunião com o relator da subemenda global ao substitutivo do PL 203/91 Arnaldo Jardim e seus assessores;
- Conclusão do estudo sobre “Responsabilidade Pós Consumo”;
- Elaboração e aprovação junto ao COEMA dos Conceitos Estruturantes da PNRS;
- Preparo de posicionamento/proposta da indústria sobre a subemenda global ao substitutivo do PL 203/91 e realização de 5 novas reuniões com os assessores do relator da subemenda (2009);

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2010



- Realização de 4 reuniões com os setores industriais na CNI e na FIESP para definição de pontos importantes de modificação da proposta de subemenda global (2009);
- Modificações importantes foram feitas na última versão do texto que incluem a alteração do conceito de responsabilidade compartilhada, de forma a observar a atribuição individualizada e encadeada de cada um dos atores envolvidos na utilização de um bem, inclusive os consumidores e o Poder Público e a manutenção dos dispositivos suprimidos no capítulo dos instrumentos econômicos e financeiros (2009).
- Apresentação de propostas de emendas ao texto ao substitutivo global de plenário ao PL 203/91 na Câmara (2010);
- Apresentação de propostas de emendas ao texto no plenário do Senado Federal (2010);
- Realização de 8 oficinas técnicas de esclarecimento sobre a PNRS e seu regulamento na FIESP, FIESC, FIRJAN, FIERGS, ABRE, ABINEE e na FIEG (2010);
- Participação na reunião da Casa Civil para discussão da proposta do Decreto Regulamentador (2010);
- Envio de 54 propostas de emendas ao texto do decreto à Casa Civil, em que 31 emendas foram aceitas parcialmente ou totalmente (2010).

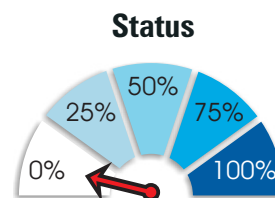
**NOTA:** Com a aprovação da Lei 12305, de 2 de Agosto de 2010 da PNRS e do Decreto 7.404/2010 de 23 de dezembro de 2010 que a regulamenta, os objetivos da CNI quanto ao tema deverão ser modificados para incluir a sua participação de outras regulamentações complementares da Lei, assim como da articulação com os diversos setores que visam a implementação da Lei. O ponto mais sensível será a implementação da Logística reversa para produtos e embalagens pós-consumo na qual a indústria está obrigada a fazer por meio de acordos setoriais.

### Projeto Associado 20-4: Resíduos Sólidos

**Objetivo:** Participar das regulamentações complementares da Lei 12305/2010 e do Decreto 7.404/2010 e liderar as discussões com os setores industriais sobre a implementação da PNRS em todo o seu escopo que inclui os Planos de Gerenciamento, a Logística Reversa, os sistemas de informação, os instrumentos econômicos, dentre outros.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Shelley Carneiro.

Início	Fim
Janeiro de 2011	Dezembro de 2012



**Projeto Associado 20-5: Biodiversidade**

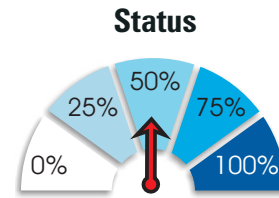
**Objetivo:** Participar na formulação de políticas de uso sustentável da biodiversidade em seus vários aspectos: acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios deles derivados, áreas de preservação permanente, reserva legal, transferência de tecnologia, dentre outros. **Contexto:** vários processos industriais dependem de regras claras que possibilitem e incentivem investimentos em negócios sustentáveis em biodiversidade.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Shelley Carneiro.

**Ações realizadas:**

- Protagonismo no processo de consulta pública (APL sobre acesso e repartição de benefícios): realização de duas reuniões de alinhamento do setor – elaboração de minuta de resposta à Casa Civil em andamento;
- Elaboração de posicionamento em resposta à consulta pública sobre o APL quanto ao acesso e repartição de benefícios e encaminhamento à Casa Civil;
- Indicação de representante no GT criado no âmbito do CGEN para discutir a abrangência do conceito de “derivados” no APL;
- Participação de reuniões no Ministério de Relações Exteriores para acompanhar as discussões sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (2009);
- Reuniões com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA para discutir parceria para o Ano Internacional da Biodiversidade celebrado em 2010 (2009);
- Contratação de consultoria para levantamento das legislações estaduais que guardam relação com o Código Florestal (lei 4.771/65) para subsidiar as discussões acerca das alterações ao Código Florestal (2009).
- Assinatura de Memorando de Entendimentos com a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), com o objetivo de intensificar e ampliar a cooperação técnica, científica e tecnológica, entre ambas as partes, aproveitando as sinergias no tema Biodiversidade, dentre outros (2010).
- Participação nas reuniões da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, para tratar da proposta de modificações no atual Código Florestal Brasileiro (2010).

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2012



## Situação dos Programas e Projetos

- Elaboração de parecer técnico sobre o relatório apresentado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados (2010).

### Projeto Associado 20-6: Mudança do Clima

#### Objetivo:

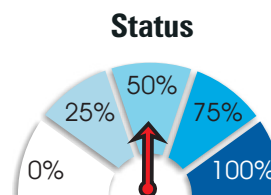
- Influenciar a formulação das políticas públicas voltadas à regulamentação em temas relacionados à Mudança do Clima, de forma a permitir a implementação de compromissos industriais voluntários e um cenário normativo apto a possibilitar oportunidades de negócios para o setor, particularmente na implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
- Dar continuidade às ações de capacitação em Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em parceria com as federações de indústria, associações setoriais, e cooperação técnica alemã - GTZ.
- Dar continuidade às ações desenvolvidas em parceria com a Embaixada Britânica com o objetivo de aumentar o conhecimento e capacidade de líderes industriais para compreender mecanismos e formular estratégias corporativas para evoluir para ambientes de produção de baixo carbono
- Participar das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudança do Clima (COP-Clima).

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Shelley Carneiro.

#### Ações realizadas:

- Duas reuniões de alinhamento do setor a respeito da minuta de Política Nacional de Mudança do Clima (PL 265/08) e reunião com o deputado Mendes Thame, autor da minuta, para a entrega de contribuições (2007).
- 22 Cursos de capacitação para elaboração de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em parceria com Federações Estaduais de Indústria (8 em 2007, 7 em 2008 e 7 em 2009), com o objetivo de disseminar informações para geração de projetos de MDL da indústria.
- Participação na 13ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima (UNFCCC) em Bali (2007).
- Realização do “Balanço Industrial de Bali”, com a presença do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado e do Embaixador Sérgio Serra, durante a reunião inaugural do COEMA (2008).

Início	Fim
Janeiro de 2008	Dezembro de 2012



- Reunião com a Secretária de Mudanças Climáticas do MMA e com o Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), na CNI, para apresentação da estrutura do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, proposta pelo governo (2008).
- Duas reuniões de alinhamento a respeito das contribuições da indústria à construção do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008).
- Processo de consolidação das contribuições dos setores ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008).
- Reunião na CNI, para apresentação das contribuições da indústria à construção do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (na CNI), com a participação do MMA e FBMC (2008).
- Elaboração de artigo para a Revista do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC, para divulgação durante a COP-14 (2008).
- 4 Cursos de capacitação para elaboração de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em parceria com Associações Setoriais e a Cooperação Técnica Alemã – GTZ (2 com o Setor Elétrico – ABCE e 2 com o Setor de Papel e Celulose - ABTCP, com objetivo de disseminar informações para geração de projetos de MDL em setores específicos da indústria (2009).
- 3 Seminários sobre “Oportunidades de Eficiência Energética e Créditos de Carbono” realizados em parceria com as Associações Setoriais, o Programa Eficiência Energética/COMPI e a Cooperação Técnica Alemã – GTZ (1 com o Setor de Papel e Celulose – ABTCP, 1 com a Indústria Química – ABIQUIM e 1 com o Setor Siderúrgico – Instituto Aço Brasil (2009).
- Elaboração de artigo para a Revista do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC (2009).
- Participação na 14ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima (COP-14) em Poznan, Polônia (dez/2008).
- Participação ativa em 3 reuniões do FBMC, sendo 2 realizadas durante a COP-14 (2008).
- Participação na 15ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima (COP-15) em Copenhagen, Dinamarca (dez/2009).
- Elaboração e publicação (versão em português e em inglês) do livro “150 MDL”, com a coletânea de informações sobre os 150 primeiros projetos de MDL brasileiros aprovados (2009).

- Elaboração e publicação (versão em português e inglês) do documento de posicionamento da Indústria Brasileira quanto às Mudanças Climáticas (2009).
- Formação do “Grupo de Mobilização Empresarial” para discussão de questões relacionadas às mudanças climáticas (jan-dez/2010).
- Realização de 10 reuniões do “Grupo de Mobilização Empresarial” para discussão de questões relacionadas a Política Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC (2010).
- Realização do Seminário “Levantamento e Divulgação das Experiências Estaduais em Mudanças Climáticas” (2010).
- Visita a Londres, patrocinada pelo governo Inglês, para conhecer a experiência do Reino Unido em Mudanças Climáticas (2010).
- Conclusão do conteúdo técnico do guia de referência “Estratégias Corporativas de Baixo Carbono: Gestão de Riscos e Oportunidades”, realizado em parceria com a Embaixada Britânica (2010).
- Elaboração e publicação (versão em português e inglês) do documento de posicionamento da Indústria Brasileira para COP-16 (2010).
- Participação na 16ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima (COP-16) em Cancun, México (dez/2010).
- Realização de Reuniões com órgãos do Governo Federal sobre a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (2010):
  - » Ministério do Meio Ambiente (Secretária Branca Americano)
  - » Ministério de Minas e Energia (Secretário Altino Arantes)
  - » Ministério da Fazenda (Secretário Executivo Francisco de Assis Leme Franco)
  - » Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secretário Armando Meziat)
  - » Ministério da Ciência e Tecnologia (Coordenador em exercício Adriano Santhiago)
  - » Casa Civil (Tereza Campello e Leiza Dubugras)
- Indicação de interlocutores técnicos para atuação junto aos coordenadores dos Planos Setoriais de Energia e Siderurgia (2010).
- Estudos contratados pela CNI (2010):
  - » “Impactos dos mercados de carbono para a indústria brasileira”, elaborado pela FGV;
  - » “Políticas Industriais Comparadas para Incentivos à Economia



de Baixo Carbono, elaborado pela COPPE/UFRJ”;

- » Relatório de “Gestão de Riscos e Oportunidades Corporativas na Nova Economia de Baixo Carbono”, elaborado pela ICF Consultoria.
- Assinatura de Memorando de Entendimentos com a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), com o objetivo de intensificar e ampliar a cooperação técnica, científica e tecnológica, entre ambas as partes, aproveitando as sinergias nos temas Mudanças Climáticas, Eficiência Energética e Energias renováveis, dentre outros (2010).
- 5 Cursos de capacitação para elaboração de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em parceria com Federações Estaduais de Indústria, sendo: 1 na FIEPI, 2 na FIEMS, 1 na FIEMT e 1 na FIEMG (2010).
- 4 Cursos de capacitação para elaboração de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em parceria com a Cooperação Técnica Alemã – GIZ e com Associações Setoriais, sendo: 2 com a ABCE, 1 com a ABRACEEL, 1 com a ABAL e 1 com o Pólo de Camaçari (2010).
- 1 Seminário sobre “Oportunidades de Eficiência Energética e Créditos de Carbono”, realizado em parceria com o Pólo de Camaçari/BA, o Programa Eficiência Energética da CNI e a Cooperação Técnica Alemã – GIZ (2010).
- Elaboração de vídeo sobre Elaboração de Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), como ferramenta didática auxiliar nos cursos de capacitação, em parceria com a Agência de Cooperação Técnica Alemã – GIZ (2010).
- Atualização do Manual de Capacitação “Mudança Climática e Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (2010).

### Projeto Associado 20-7: Biotecnologia

**Objetivo:** Incentivar essa nova tecnologia, que possui um elevado potencial de desenvolvimento no Brasil devido à vasta biodiversidade do seu território. Os objetivos da iniciativa são:

- i. identificar oportunidades de negócios para empresas brasileiras nesse setor;
- ii. identificar oportunidades de negócios para empresas brasileiras nesse setor;
- iii. Divulgar experiências de sucesso;
- iv. Influenciar políticas públicas que viabilizem o uso dessa tecnologia;
- v. Criar alternativas de financiamento.

#### **Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

Shelley Carneiro.

#### **Ações realizadas:**

- Reuniões com o setor empresarial para alinhamento do posicionamento quanto ao artigo 27 do Protocolo de Cartagena, que trata da responsabilidade e compensação por danos causados à biodiversidade por Organismos Vivos Modificados pelo movimento transfronteiriço;
- Reuniões com membros do governo (MAPA, MDIC, Casa Civil, MRE) para expor posicionamento do setor empresarial quanto ao tema;
- Envio de correspondência a autoridades do setor público para expor posicionamento do setor industrial;
- Artigos, notas à imprensa e entrevistas para difundir o posicionamento do setor empresarial;

#### **Status do projeto:**

- Os temas relacionados a este projeto estão inseridos no âmbito do projeto 20-5: Biodiversidade.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2012



## Programa 21: Modernização do setor de saneamento básico

**Objetivo:** Desenvolver propostas com o objetivo de reformar o setor de Saneamento Básico.

### Projeto Associado 21-1: Projeto de Reforma do Marco Regulatório de Saneamento Básico (PL 5296/2005)

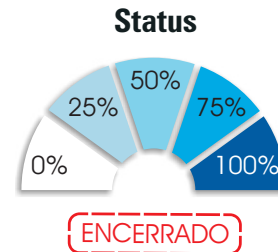
**Objetivo:** Elaborar e apresentar emenda(s) a projetos de lei sobre a matéria, em tramitação no Congresso, visando a reforma do marco regulatório de saneamento básico. Publicar documento técnico com referências mundiais e sugestões para o caso brasileiro. Realizar reuniões com as Federações de Indústria e associações setoriais para harmonizar o posicionamento e a visão da Indústria e do setor privado. Promover seminário internacional com a presença de autoridades do Governo e representantes do setor privado.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Wagner Cardoso.

#### Ações realizadas:

- Projeto encerrado. O papel da CNI tem se voltado neste momento para o acompanhamento dos investimentos no setor. Apesar do marco regulatório ter sido aprovado com sucesso, ainda existem problemas no setor, como a ausência de estudos e de projetos de boa qualidade para captar os investimentos. A CNI está realizando um novo estudo sobre os problemas de implementação.

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2007



## Programa 22: Autonomia das Agências Reguladoras

**Objetivo:** Atuar junto a Executivo e Congresso de modo a garantir a independência das agências reguladoras, assegurando a efetiva preservação da totalidade dos mandatos dos seus gestores, transparência, delimitação precisa de suas funções, autonomia financeira e excelência técnica.

### Projeto Associado 22-1: Desenvolver ações para que as propostas publicadas no documento da CNI "Agências Reguladoras: A Experiência Internacional e a Avaliação da proposta de Lei Geral Brasileira" sejam implementadas

**Objetivo:** Desenvolver ações para que as propostas publicadas no documento da CNI "Agências Reguladoras: A Experiência Internacional e a Avaliação da proposta de Lei Geral Brasileira" sejam implementadas.

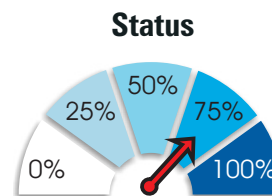
### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Wagner Cardoso.

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2011

### Ações realizadas:

- Reuniões internas de alinhamento com Associações Empresariais e interlocutores do governo e setor privado;
- Mapeamento do novo substitutivo ao PL 3337/2004 e elaboração de parecer interno;
- Realização de reunião técnica para definir posicionamento preliminar da Indústria. Nessa reunião foram analisadas as matérias em que a CNI proporá emendas;
- Realização de reunião do COINFRA com o relator do projeto, Deputado Leonardo Picciani (PMBD/RJ), em 14/8/07;
- Realização de reunião com o relator do projeto, Dep. Leonardo Picciani, para apresentação de propostas de alterações no projeto elaboradas pela CNI;
- Realização de três reuniões técnicas com representantes de Agências Reguladoras;
- Realização de reunião com Dep. Leonardo Picciani (PMBD/RJ), CNI e representantes do setor empresarial da área de petróleo e gás natural, em 5/10/07, no Rio de Janeiro;
- Ao longo de 2008 e 2009, a CNI participou de discussões e eventos no âmbito do PRO-REG;
- Realização de reuniões em 2009 com o novo relator do projeto, Dep. Ricardo Barros, para apresentação de propostas de alterações no projeto elaboradas pela CNI.
- Em 2010 não houve movimentação do projeto no Congresso. Há expectativa de evolução em 2011.



## Programa 23: Boas Práticas de Relações do Trabalho

**Objetivo:** Promover e difundir a auto-regulação do mercado de trabalho. O programa se baseia na capacitação de negociadores, na ampliação de sua representatividade e na promoção de um modelo negocial descentralizado e flexível.

### Projeto Associado 23-1: Elaborar a visão da Indústria sobre boas práticas de relações de trabalho e desenvolver mecanismos de difusão

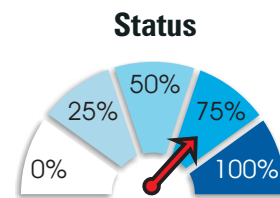
**Objetivo:** Desenvolver um documento de referência sobre as boas práticas de relações de trabalho, com informações baseadas em casos nacionais e internacionais, que deverá ser difundido através das Federações e de Sindicatos. Criar uma categoria específica dentro do Premio CNI de Competitividade, para as empresas que aplicarem as melhores práticas.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Emerson Casali.

#### Ações realizadas:

- Estruturação do Programa de Desenvolvimento Associativo (2008);
- Capacitação de 800 líderes sindicais (2008);
- Produção estudo comparativo entre as Relações de Trabalho no Brasil e na Inglaterra, através de parceria com a Confederação Britânica da Indústria – CBI (2008);
- Criação do blog Relações do Trabalho para difundir notícias, posicionamentos e orientações para as empresas sobre temas trabalhistas e sindicais (2009);
- Seleção, publicação e gravação do DVD sobre as melhores práticas do Programa de Desenvolvimento Associativo (2009);
- Consolidação do Blog da RT como principal fonte de notícias para área empresarial e como instrumento de mobilização e defesa de interesses do setor: quase 4.000 membros cadastrados, divulgação de 3.570 notícias e total de 304.844 visitas ao Blog (2010);
- Capacitação de 1.790 participantes em módulos sobre o papel e os desafios do líder sindical, temas da agenda de defesa de interesses (relações do trabalho, inovação, meio ambiente e política tributária) e em oficinas sobre negociação sindical e comunicação e oratória (2010);

Início	Fim
Março de 2008	Dezembro de 2015



## Situação dos Programas e Projetos

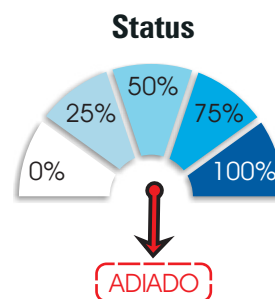
- Formulação de 286 planejamentos estratégicos de sindicatos, definindo objetivos estratégicos, com elaboração de planos de ação e implantação de software de gestão (2010);
- Capacitação de membros da Rede de Segurança e Saúde no Trabalho em “Posturas e Estilos de Negociação” (2010).

### Projeto Associado 23-2: : Desenvolvimento de um Guia de Boas Práticas de Relações do Trabalho

**Objetivo:** Elaborar guia prático sobre gestão de recursos humanos para as empresas. Este guia será colocado à disposição das Federações e Sindicatos para divulgação.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Emerson Casali.

Início	Fim
a definir	a definir



## Programa 24. Garantia da Segurança Jurídica para os Acordos Negociados

**Objetivo:** Propor ações voltadas para a redução da rigidez da CLT e diminuição do poder normativo da Justiça do Trabalho, de modo a garantir que na relação entre empregadores e trabalhadores prevaleça a vontade das partes, pois a negociação produz resultados melhores do que os obtidos por força de dispositivos legais alheios às circunstâncias.

### Projeto Associado 24-1: Elaborar e promover anteprojeto de lei de reforma trabalhista que contemple a visão da Indústria

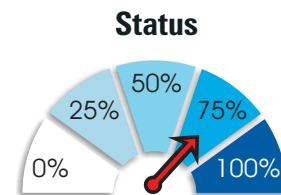
**Objetivo:** Elaborar anteprojeto(s) de lei com temas importantes da reforma trabalhista, que contemple(m) a visão da indústria brasileira, a partir de ampla consulta às federações, associações setoriais e outras entidades, e promova-lo(s) nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Emerson Casali

#### Ações realizadas:

- Elaboração de minuta de Proposta da Emenda à Constituição para os capítulos sobre os direitos individuais do trabalho passíveis de negociação e sobre a organização sindical (2007);
- Reunião com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para discutir retomada do tema. Foco: terceirização e substituição processual (2007);
- Desenvolvimento de Negociações com MTE com conquistas relacionadas a compreensão da distinção entre os temas terceirização e intermediação de mão-de-obra (2007);
- Negociação de projeto de Lei com o MTE para regulamentar a terceirização dentro das premissas defendidas pelas unidades empresariais (2007);
- Ações de Defesa de Interesses que evitaram retrocessos na legislação, tais como na OIT 158 e na redução da jornada de trabalho (2008);
- Ações no Judiciário que evitaram grandes passivos e aumento de custos para as empresas, como no caso do adicional e insalubridade (2008);
- Realização do I Seminário “Cenário e Tendências das Relações do Trabalho no Brasil”, abordando os temas terceirização, OIT 158 e redução de jornada, bem como as pautas de Defesa de Interesses em RT no Legislativo, Executivo e Judiciário (2008);

Início	Fim
Agosto de 2005	Junho de 2012



- Mobilização do setor industrial para manifestação contra pré-projeto do Ministério do Trabalho e Emprego que previa a ampliação na base de cálculo da cota de aprendizes (2009);
- Mobilização empresarial contra a PEC 231/95, sobre a redução da jornada de trabalho, com conquistas como a criação de comissão para negociar consenso sobre a matéria e a redução da pressão exercida pelas Centrais Sindicais para aprovação do projeto (2009);
- Realização do 2º Seminário Cenário e Tendências das Relações do Trabalho no Brasil, cujo tema principal foi “a Regulamentação e a Insegurança Jurídica nas Relações do Trabalho” (2009);
- Realização do painel “Fortalecimento Institucional e Segurança Jurídica como bases para o desenvolvimento” durante o 4º Encontro Nacional da Indústria, com debatedores como os presidentes do STF, Gilmar Mendes, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer (2009);
- Ações perante os Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Casa Civil para rever a entrada em vigor da nova metodologia do Seguro Acidente de Trabalho e retomar as negociações (2009);
- Análise de proposta apresentada pelo Ministério da Justiça para modernização trabalhista, apresentação de argumentos contrários - em especial quanto à obrigatoriedade da participação nos lucros e resultados - e formulação de propostas que contemplam a visão da Indústria (2010);
- Análise da Portaria MTE nº 1.510/2010, que institui o “Novo Ponto Eletrônico”, formulação de argumentos contrários, mobilização do setor empresarial contra a Portaria e negociação com o governo (MTE e Casa Civil), evitando a entrada em vigor das novas regras para registro eletrônico do ponto (2010);
- Atuação perante o Poder Legislativo quanto ao tema terceirização, com resultados positivos como a apresentação de duas proposições legislativas convergentes com a visão da CNI ( PLS 87/2010 e PL 6.832/10) e a paralisação de projeto de lei defendido pelas Centrais Sindicais e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2010);
- Negociação com o Ministério da Previdência Social para revisão da metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), conseguindo ganho real para as empresas no FAP 2011 em relação a 2010: 75% das empresas obtiveram redução pela metade de sua contribuição do SAT;



- Negociação, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, do texto da Agenda Nacional de Trabalho Decente, da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude e do Regimento Interno da Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, promovendo modificações de forma a reduzir riscos;
- Formulação de proposta empresarial sobre a ampliação da licença maternidade, priorizando a liberdade de escolha da mãe e desonerando as empresas;
- Aproximação institucional com a CUT com o objetivo comum de defender o tripartismo e o diálogo social efetivo;
- Negociação com os Ministérios da Previdência Social e da Fazenda para revisão da Portaria MPS/MF 333/210 (2010), que regulamentava novos valores para o teto dos recolhimentos previdenciários, resultando na eliminação da retroatividade dos recolhimentos previdenciários e da exigência de retificação das GFIPs;
- Outras ações de defesa de interesses que evitaram retrocessos na legislação, tais como a redução da jornada de trabalho, a ampliação das cotas de aprendizagem e a ratificação da Convenção 158 da OIT (demissão imotivada) (2010).

**Projeto Associado 24-2: Adequar a proposta de reforma sindical aos objetivos da Indústria**

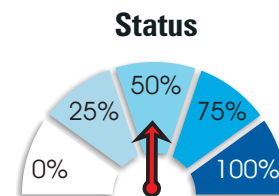
Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2012

**Objetivo:** Elaborar anteprojeto(s) de lei de reforma sindical, que contemple(m) a visão da indústria brasileira, a partir de ampla consulta às federações, associações setoriais e outras entidades, e promovê-lo(s) nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Emerson Casali

**Ações realizadas:**

- Elaboração de minuta de Proposta da Emenda à Constituição para os capítulos sobre os direitos individuais do trabalho passíveis de negociação e sobre a organização sindical (2006);
- Reunião com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para discutir retomada do tema. Foco: terceirização e substituição processual (2006);
- Formação de Grupo de Trabalho com o MTE para tratar de financiamento sindical das entidades patronais, em paralelo a negociação dos trabalhadores com o TEM (2007);



- Elaboração de proposta para aprimoramento jurídico do financiamento sindical e posterior encerramento das negociações com o MTE e Centrais, devido à inconstitucionalidade das propostas (2008);
- Interposição de ADIN no STF contra a portaria 186 do MTE que cria condições para “reforma sindical por portaria”, contrariando o Estado de Direito (2008);
- Planejamento de projetos voltados à modernização da estrutura sindical: Sindicato Legal, Condomínio Sindical e Tendências em Negociações Coletivas (2009);
- Criação da Rede de Especialistas em Negociação Coletiva, com vistas a pesquisar, compartilhar e difundir informações sobre conteúdos e tendências na negociação sindical (2010);
- Formulação e início da execução de projeto para construção do Sistema de Inteligência em Negociação Coletiva (2010);
- Atuação perante o Poder Legislativo para evitar a votação do projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de recolhimento da Contribuição Assistencial, de até 1% do salário, para as entidades de trabalhadores (2010);
- Atuação para evitar a fragmentação da base de representação da Indústria, possibilitada pela Portaria MTE 186/2008, por meio do acompanhamento e divulgação de publicações relativas à criação de entidades sindicais de grau superior no Diário Oficial da União, da realização de reuniões e da impugnação administrativa de registros;
- Identificação e análise da Portaria MTE 982/2010, que altera o critério de distribuição da contribuição sindical compulsória de categoria econômica para filiação (conforme informado no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais), e atuação para caracterizar a inconstitucionalidade da Portaria e evitar sua aplicação, por meio da mobilização das Federações e da interposição de Mandados de Segurança, com obtenção de diversas liminares favoráveis (2010).

### Projeto Associado 24-3: Elaborar estudos e propostas sobre temas específicos de regulação do mercado de trabalho

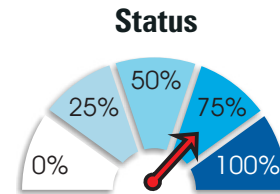
Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2012

**Objetivo:** Elaborar estudos e propostas, com a visão da indústria sobre a regulação do mercado de trabalho, redução da informalidade, fixação de jornada de trabalho, formas alternativas de contratação de trabalhadores etc.

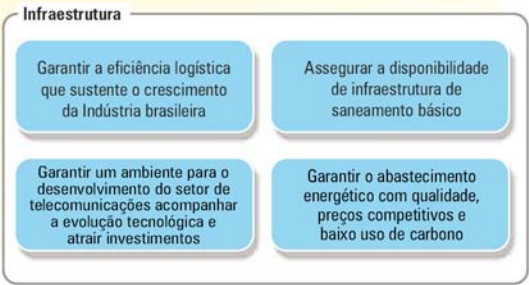
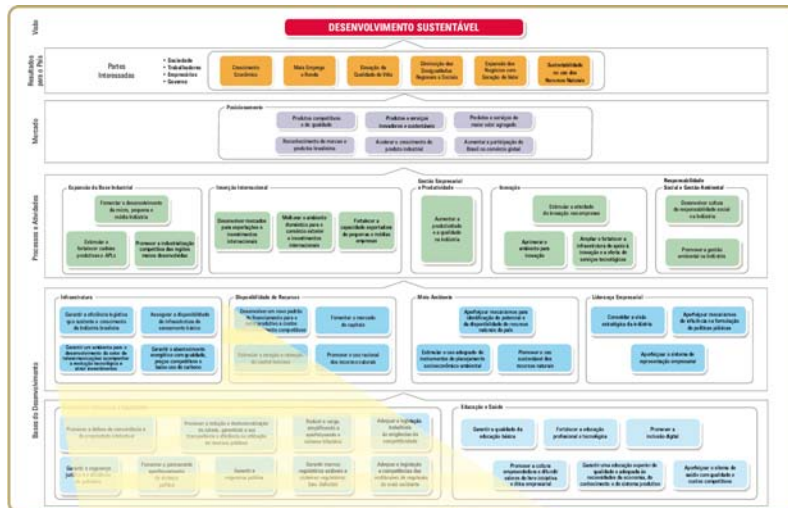
**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Emerson Casali

#### Ações realizadas:

- Elaboração de versão conceitual sobre o tema e proposta sobre novas formas de trabalho;
- Elaboração de estudo sobre jornada de trabalho;
- Elaboração de estudo sobre informalidade;
- Elaboração de estudo sobre Terceirização;
- Elaboração de estudo sobre Crescimento do Emprego Formal;
- Iniciado estudos sobre: participação do salário na renda, participação em lucros e resultados, estrutura sindical, terceirização e jornada de trabalho;
- Criado grupo de especialistas para estudos de aprimoramento do NTEP e FAP;
- Elaboração de textos sobre rotatividade e produtividade para discussão (2010);
- Contratação da Escola de Economia de São Paulo da FGV para execução de projeto para criação de metodologia para aferição dos custos do trabalho sobre as empresas (2010).



# INFRAESTRUTURA



Oferta, qualidade e custos de operação da infraestrutura são determinantes da competitividade. O impacto da insuficiente expansão, manutenção e modernização destes serviços tem sido elevado e representa uma desvantagem competitiva para o País. Esses problemas são também oportunidades de investimentos. Marcos regulatórios adequados são a chave para a atração do capital privado.

■ **Programas e Projetos Associados:**

**Programa 31: Disponibilidade de Energia a Preços Competitivos**

**Objetivo:** Garantir a disponibilidade de energia a preços competitivos por meio das seguintes ações:

- Acompanhar o processo de implementação do novo modelo do setor elétrico e identificar os principais entraves à expansão do parque produtor e das redes de transporte e distribuição de energia;
- Mapear, identificar os principais encargos sobre a tarifa de energia e propor soluções para sua redução;
- Elaborar diagnósticos sobre os principais problemas identificados e tomar medidas para solução desses problemas;
- Identificar os principais entraves à maior participação do gás natural na matriz energética nacional: atuar para que os grandes e os médios consumidores de gás natural tenham a opção de contornar os esquemas tradicionais de distribuição e se conectar diretamente aos produtores e transportadores de gás. Agir, de forma articulada com Federações de Indústrias e Associações Empresariais, para elaboração de propostas para o marco regulatório de gás natural.

**Projeto Associado 31-1: Identificar encargos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica e propor soluções para a sua redução**

**Objetivo:** Mapear e identificar os principais encargos sobre a tarifa de energia e elaborar diagnósticos sobre os principais problemas identificados. A partir do diagnóstico, propor soluções para a redução de encargos.

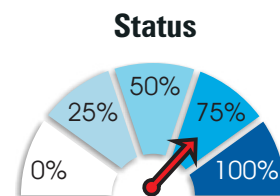
**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

Wagner Cardoso.

**Ações realizadas:**

- Avaliação das propostas elaboradas pela ABCE para reduzir o volume de encargos sobre a tarifa de energia elétrica do setor industrial;
- Contribuição no aperfeiçoamento da Resolução ANEEL nº 395/1998, que trata dos procedimentos gerais para a autorização de pequenas centrais hidrelétricas – PCH (Audiência Pública nº 38/2008);
- Publicação do documento “Energia Eólica: panorama mundial e perspectivas no Brasil”, ressaltando a importância da diversificação

Início	Fim
Janeiro de 2008	Dezembro de 2011



da matriz energética na busca de um suprimento energético de qualidade e com modicidade tarifária (2008);

- Posicionamento na Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em 19 de junho de 2008;
- Posicionamento na Audiência Pública realizada pela Comissão Especial de Fontes Renováveis de Energia da Câmara dos Deputados, em 6 de agosto de 2008;
- Apresentação no TCU sobre a visão da indústria no setor energético, em novembro de 2008;
- Criação da Rede “Indústria e Energia”, que reúne representantes das entidades estaduais do Sistema Indústria, com o objetivo de discutir e alinhar posicionamentos permitindo uma atuação conjunta na defesa dos interesses na área de energia (2009);
- Lançamento da cartilha “Encargos Setoriais”, em parceria com a ABRACE, que detalha a origem e a finalidade dos nove principais encargos do setor elétrico cobrados no país (2009);
- Realização do Seminário “Energia: fator de competitividade para o Brasil”, em 21/10/2009, em parceria com a ABRACE, com o objetivo de reunir o setor industrial e agentes do setor energético para discutir os impactos dos encargos setoriais sobre a tarifa de energia elétrica e as formas de diversificação da matriz elétrica sem prejuízo à competitividade da indústria (2009).
- Acompanhamento e atuação para diminuir os encargos setoriais e outras medidas visando uma maior competitividade da tarifa de energia elétrica: apresentação de emenda contra a prorrogação da RGR até 2035, conforme disposto na Medida Provisória 5179/2010 (2010).

**Projeto Associado 31-2: Posicionamento do setor industrial com relação ao marco regulatório para o setor de gás natural**

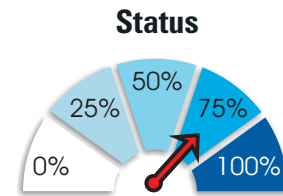
Início	Fim
Março de 2006	Dezembro de 2011

**Objetivo:** Consolidar o posicionamento do setor privado, a fim de elaborar e apresentar de projeto(s) de lei para o marco regulatório do setor de gás natural. Elaborar documento técnico sobre modelos existentes para o setor, com referências mundiais.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Wagner Cardoso.

**Ações realizadas:**

- Apresentação de emendas acordadas com a ABRACE;
- Realização de reunião com o relator, Deputado João Maia (PR/RN), precedida de discussões no COINFRA;
- Realização, em 13 de junho de 2007, de seminário internacional sobre o tema, que contou com a presença do relator do Projeto na Câmara dos Deputados e todos os atores da cadeia produtiva do gás natural, além de representantes de todos os segmentos do gás natural;
- Aprovação do projeto na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, com sucesso em vários dos pontos defendidos pela Indústria;
- A Lei do gás foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em março de 2009;
- O projeto aprovado é fruto de negociação que envolveu governo e setores produtivos interessados na regulamentação, entre os quais a CNI;
- Foram incluídos os conceitos de consumidor livre, auto-produtor e auto-importador na nova regulamentação do setor. O texto aprovado manteve o atual regime de consumo e exploração de gasodutos em refinarias de petróleo e unidades de produção de fertilizantes;
- Publicação do Decreto 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei 11.909. Para a CNI, a regulamentação ainda não é o ideal mas é muito bem-vinda porque fixa diretrizes e organiza o mercado do gás. A entidade quer discutir agora a fixação do regime de preços, cuja atribuição deve ficar com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e não com a Petrobras, como ocorre atualmente (dez/2010).



### Programa 35: Aumento da eficiência do sistema de transporte e logística

**Objetivo:** Identificar os entraves à maior eficiência do sistema nacional de transportes e logística, a fim de elaborar diagnósticos sobre os principais problemas identificados e propor soluções.

#### Projeto Associado 35-1: Projeto de reforma institucional do setor de transportes

**Objetivo:** Promover a reforma institucional do setor de transportes, por meio de elaboração de diagnóstico sobre o arranjo institucional do setor, incluindo funções de órgãos, autarquias e práticas de gestão). Organizar debate com associações setoriais e Federações das Indústria, a fim de alinhar o posicionamento da indústria para este setor.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Wagner Cardoso.

#### Ações realizadas:

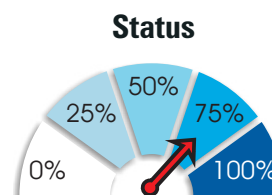
- Estudos e propostas encerrados. A próxima etapa é a viabilização da aprovação das propostas;
- Em 2008 e 2009, foram discutidos os problemas e possíveis soluções com dirigentes do DNIT, ANTAQ, ANTT e do próprio Ministério dos Transportes, o que inclui a falta de uma estrutura de planejamento de longo prazo no setor;
- Ao longo de 2010, a CNI promoveu diversas ações visando maior competitividade no transporte ferroviário, a simplificação do processo de outorgas de portos secos e a efetivação do transporte multimodal. Essas ações devem perdurar ao longo de 2011;
- Em dezembro de 2010, a CNI publicou o estudo "Transporte de cargas: agenda para um Brasil competitivo".

#### Projeto Associado 35-3: Aumento da eficiência das administrações portuárias

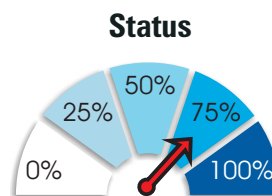
**Objetivo:** Encaminhar aos órgãos governamentais proposta(s) de um novo modelo de administração de portos públicos baseado em contribuições de associações setoriais e Federações de Indústria, a fim de aumentar a eficiência das administrações portuárias.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Wagner Cardoso.

Início	Fim
Dezembro de 2005	Dezembro de 2011



Início	Fim
Junho de 2006	Dezembro de 2011





**Ações realizadas:**

- Divulgação do documento da CNI “Reforma Portuária: o que falta fazer” (2007);
- Reuniões para apresentação e debate do estudo no COINFRA e Associações Setoriais;
- A primeira fase do projeto foi encerrada em 2008, após diversas discussões com dirigentes da Secretaria Especial de Portos e da ANTAQ, além de participação de eventos sobre o tema no TCU;
- O projeto continuou em 2009 e 2010 por meio de ações contínuas junto à SEP e à ANTAQ para propor indicadores de eficiência para as administrações dos portos públicos brasileiros, em comparação com padrões internacionais.

**Projeto Associado 35-4: Projeto de aumento da oferta e da qualidade dos serviços no transporte marítimo de longo curso (internacional) e cabotagem, com destaque para dinamização do transporte de contêineres**

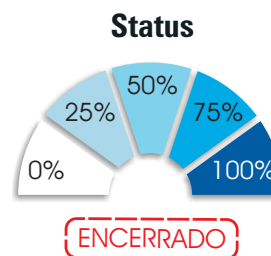
**Objetivo:** Formular e encaminhar aos órgãos governamentais propostas visando aumento da oferta e da qualidade dos serviços no transporte marítimo de cabotagem de cargas.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Wagner Cardoso.

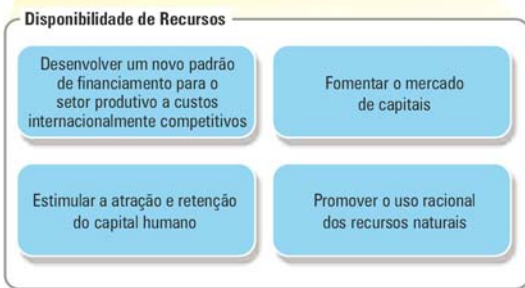
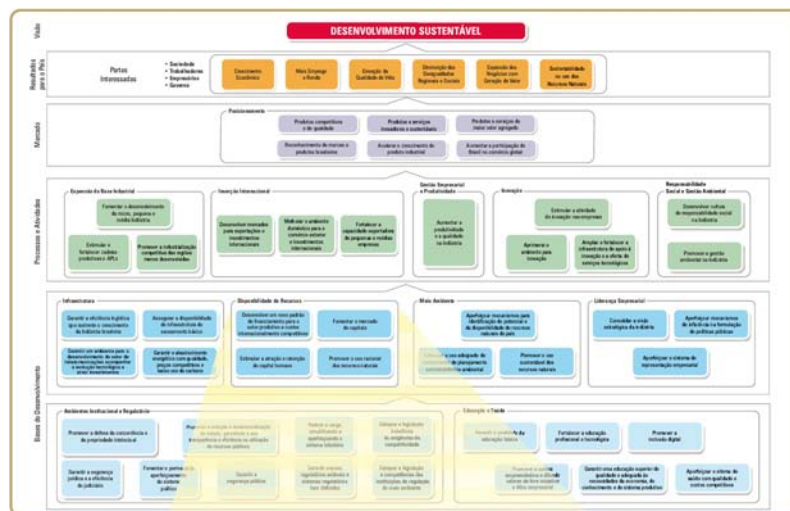
**Ações realizadas até o momento:**

- O estudo sobre “Competitividade no Transporte Marítimo de Cabotagem de Cargas” contratado pela CNI foi concluído e está sob avaliação.

Início	Fim
Março de 2008	Outubro de 2009



# DISPONIBILIDADE DE RECURSOS



A disponibilidade de recursos financeiros, de recursos humanos e a capacidade do aproveitamento racional dos recursos naturais são elementos críticos da estratégia competitiva da indústria brasileira.

Novos padrões de financiamento para o Setor Produtivo são necessários a fim de viabilizar o desenvolvimento das empresas, particularmente das Micro, Pequenas e Médias Indústrias.

A criação de novos mecanismos de acesso ao crédito - com taxas adequadas à capacidade de cada organização -, e de mecanismos não bancários de financiamento e desoneração dos investimentos são desafios a vencer, com ações junto ao Governo para viabilizar estes projetos.

Programas e Projetos Associados:

**Programa 37: Plano Diretor do Mercado de Capitais**

**Objetivo:** Atuar em sintonia com as entidades empresariais na implementação e aprimoramento das diretrizes do “Plano Diretor” do Mercado de Capitais.

**Projeto Associado 37-1: Implementar o Plano Diretor do Mercado de Capitais**

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2011

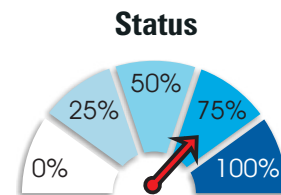
**Objetivo:** Atuar em conjunto com o CODEMEC para agilizar a implementação do Plano Diretor e efetuar ajustes.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Flávio Castelo Branco.

**Responsável no Plano Diretor:** Thomas Tosta (CODEMEC).

**Ações realizadas:**

- Segunda fase do Plano Diretor concluída em 2008 e iniciada a ação de implementação no âmbito do CODEMEC;
- Projeto inicial foi implementado em mais de 90% de suas propostas. O comitê gestor elaborou uma segunda etapa do plano diretor, que se encontra em estágio inicial de implementação.
- Prepara-se Agenda 2011 do Plano Diretor a ser apresentada a nova equipe do Novo Governo.
- Avaliação das medidas de crédito de longo prazo anunciadas pelo Ministério da Fazenda em 15 de dezembro de 2010;
- Em 30 de dezembro de 2010, foi apresentada a MP 517/2010, que determina novas regras para debêntures e para títulos privados destinados a projetos de infraestrutura. As medidas em questão têm como objetivo viabilizar o mercado secundário de títulos privados, de forma a gerar demanda por tais e expandir o financiamento de longo prazo, de acordo com as premissas do Plano Diretor do CODEMEC. A atuação em prol da aprovação dessas medidas será feita em 2011.



### Programa 38. Elevação do Crédito de Fontes Não Bancárias

**Objetivo:** Criar instâncias de discussão e atuar para a criação, desenvolvimento e implementação de novos mecanismos não bancários de financiamento visando a elevação do crédito e do financiamento nas fontes não-bancárias.

#### Projeto Associado 38-1: Desenvolver Novos Mecanismos de Financiamento de Fontes Não-Bancárias

**Objetivo:** Avaliar mecanismos disponíveis e elaborar sugestões de novos mecanismos para financiamento de fontes não bancárias para a Indústria.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Flávio Castelo Branco.

**Status do Projeto:** Projeto integrado a um programa mais amplo sobre financiamento, resultando em um novo projeto.

#### Projeto Associado 38-2: Financiamento

**Objetivo:** Estimular e ampliar o uso do financiamento não bancário pelas empresas industriais em dois canais principais: dívida privada e abertura de capital (Venture Capital e Emissão de Ações). Elaborar estudos sobre o cooperativismo de crédito na indústria, bem como acompanhar e divulgar os custos de financiamentos efetivamente praticados pelos principais bancos no país em linhas de crédito de interesse da indústria (capital de giro, desconto de duplicatas, conta-garantida, etc).

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Flávio Castelo Branco.

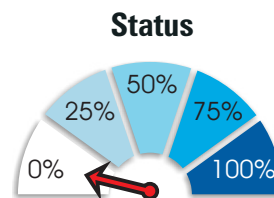
#### Ações realizadas:

- Termo de referência para contratação de consultoria elaborado;
- Em 2010, acompanhamento das reuniões do Centro de Estudos do Mercado de Capitais (CEMEC), com reuniões bimestrais em São Paulo – SP;
- Participação em workshops e eventos variados sobre financiamento de longo prazo, alternativas de financiamento e mercado de capitais;
- Nota sobre medidas de financiamento de longo prazo;
- Projeto adiado para 2011.

Início	Fim
Abril de 2006	Dezembro de 2007



Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2011



## Programa 39. Redução da Taxa Básica de Juros e do Spread Bancário

**Objetivo:** Criar propostas e atuar para a redução do spread bancário e das taxas de juros.

### Projeto Associado 39-1: Redução da Taxa Básica e do Spread Bancário

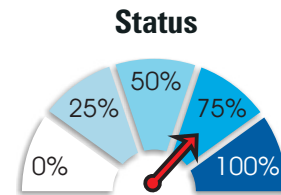
**Objetivo:** Desenvolver estudos para elaborar proposta(s) e alternativas de política voltada à redução da taxa básica, do spread bancário e do custo do financiamento, a serem validadas pelo Conselho de Política Econômica da CNI.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Flávio Castelo Branco.

#### Ações realizadas:

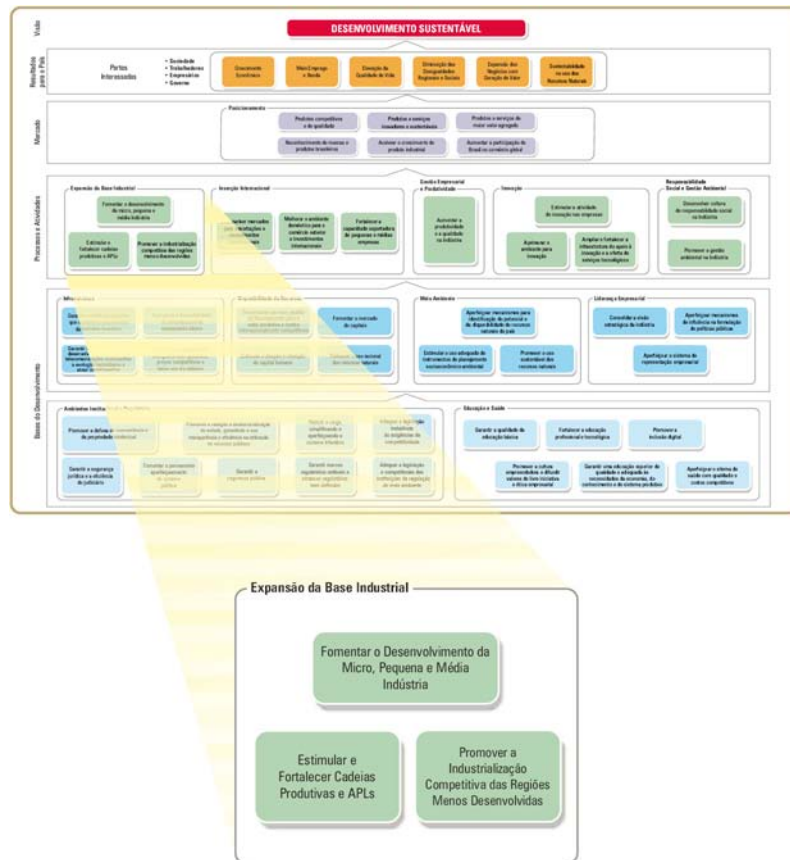
- Diagnóstico sobre o problema do Spread Bancário;
- Elaboração de documento sobre ausência de ações efetivas para a redução do spread, com sugestões para agilização da agenda de redução que se encontra paralisada;
- Apresentação de propostas de redução do spread no âmbito das medidas emergenciais de combate à crise;
- Ação junto ao Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), no âmbito do Ministério da Fazenda, voltada à redução dos compulsórios bancários e à criação e operacionalização de fundos garantidores e de aval (2009);
- Ação no legislativo para influenciar positivamente e aprovação de projeto de criação do Cadastro Positivo, ainda em tramitação (2009).
- Ação no legislativo para influenciar positivamente e aprovação de projeto de criação do Cadastro Positivo (já aprovado) (2010);
- Articulação no âmbito do Fórum das MPes do MDIC, na área de Financiamento, pela aprovação da obrigatoriedade de divulgação da CET para empréstimos às MPes, com elaboração da proposta encaminhada ao Banco Central;
- Acompanhamento e desenvolvimento dos fundos garantidores de crédito FGI e FGO;
- Elaboração da seção de Financiamento do documento "A Indústria e o Brasil – Uma agenda para crescer mais e melhor", entregue aos candidatos ao novo governo;

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2011



- Elaboração da cartilha “FGO e FGI (Fundos Garantidores de risco de Crédito) – Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar”, já alcançando a 3ª edição com mais de 10 mil exemplares distribuídos;
- Atualização da cartilha “Cartão BNDES – Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar” para a 4ª edição;
- Avaliação das medidas econômicas para criação do EXIM Brasil;
- Subsídios para workshop “Financiamento da Economia Brasileira”;
- Avaliação sobre reativação da linha FAT Giro Setorial.

# EXPANSÃO DA BASE INDUSTRIAL



A expansão da base industrial é um elemento vital do Mapa Estratégico da Indústria.

Essa expansão depende do conjunto de ações que compõem o Mapa, mas especialmente de iniciativas que promovam o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e a industrialização competitiva das regiões menos favorecidas, e que fortaleçam as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais (APLs).

### Programas e Projetos Associados:

#### Programa 42: Fomento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) com Potencial Competitivo

**Objetivo:** Articular as iniciativas de apoio aos APLs a fim de elevar seus resultados e maximizar as oportunidades de ações convergentes.

#### Projeto Associado 42-1: Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI 2010-2013)

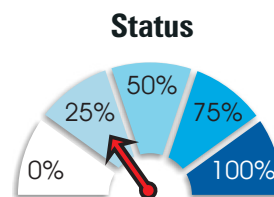
**Objetivo:** Apoiar as empresas industriais que se organizam em seus setores ou em arranjos produtivos locais, com o objetivo de aumentar a competitividade por meio da identificação e enfrentamento dos problemas comuns de maneira conjunta pelas empresas.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Renato da Fonseca.

#### Ações realizadas:

- Assinatura do novo convênio 2010-2013 com SEBRAE em maio/2010;
- Lançamento da 1ª chamada de projetos em julho/2010;
- Capacitação dos gestores dos projetos das Federações das Indústrias em novembro/2010;
- Divulgação dos resultados da 1ª chamada de projetos em dez/2010 com 84 aprovados; cerca de 2.200 empresas serão beneficiadas com esses projetos que totalizam R\$ 22,4 milhões.

Início	Fim
Maio de 2010	Outubro de 2013





### Programa 43. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPes)

**Objetivo:** Criar um marco legal adequado para o desenvolvimento das MPes, que estabeleça tratamento diferenciado em questões tributárias e trabalhistas, entre outros temas.

#### Projeto Associado 43-1: Projeto de melhoria e aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

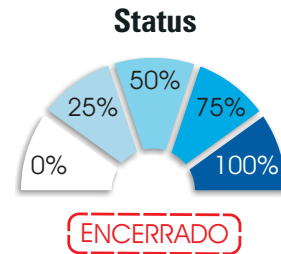
**Objetivo:** Avaliar o anteprojeto de Lei Geral da Micro e Pequena empresa e formular propostas de melhoria para atender à visão da Indústria.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Renato da Fonseca.

**Ações realizadas:**

- Projeto encerrado. Lei promulgada em dezembro de 2006.

Início	Fim
Julho de 2005	Novembro de 2010



#### Projeto Associado 43-3: Projeto de aperfeiçoamento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

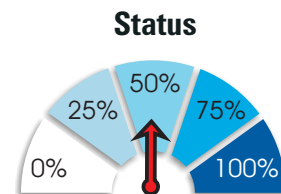
**Objetivo:** Avaliar projetos de lei no Congresso e formular propostas de melhoria na Lei Geral de Micro e Pequena Empresa para atender à visão da Indústria.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Renato da Fonseca.

**Ações realizadas:**

- Participação da aprovação do Projeto de Lei de Melhoria;
- Atuação no Congresso para apoio à aprovação das modificações da Lei Complementar nº 127;
- Envio de propostas ao PLP nº 126 do Deputado Haully, que visa aperfeiçoar alguns aspectos da Lei (transferência de crédito e consórcio);
- Participação na elaboração de proposta de projeto de regulamentação do Consórcio do Simples (para vendas internas e externas) no âmbito do grupo de trabalho do Fórum Permanente. A proposta foi enviada à Casa Civil;
- Cartilha/manual sobre fiscalização orientadora em processo de elaboração;
- Lei Complementar 128/2008, com aperfeiçoamentos da Lei Geral, sancionada pelo presidente da República em 19 dezembro de 2008;

Início	Fim
Dezembro 2006	Dezembro 2011



## Situação dos Programas e Projetos

- Ação da CNI no Senado Federal foi decisiva para a manutenção do artigo que permite que os estados “exclusiva e unilateralmente, concedam aos não-optantes crédito relativo ao ICMS incidente nos insumos utilizados nas mercadorias adquiridas de indústria optante”, principal demanda do setor industrial.
- Avaliação do PLP 591/2010 do Deputado Vignatti (PT/SC) (2010);
- Elaboração de propostas de melhoria na Lei Geral;
- Articulação com a Frente Parlamentar Mista de Micro e Pequena Empresa.

### Projeto Associado 43-4: Portal do Observatório da Lei Geral

**Objetivo:** Construir o Portal do Observatório da Lei Geral com o objetivo mobilizar a sociedade em prol do tratamento diferenciado e favorecido devido às MPEs e monitorar a efetiva implementação da Lei Geral (Lei complementar 123/2006) em todos os níveis de governo.

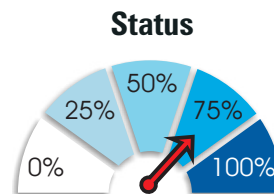
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Renato da Fonseca.

#### Ações realizadas:

- Parceria com o Sebrae firmada;
- Planejamento e desenvolvimento da ferramenta do Portal;
- Alimentação de conteúdo para testes;
- Planejamento e início do desenvolvimento da ferramenta do Ranking da carga tributária.

Início	Fim
Janeiro de 2010	Dezembro de 2011



**Programa 44. Financiamento para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs)**

**Objetivo:** Divulgar os mecanismos existentes e propor novos mecanismos de financiamento, voltados para as MPEs.

**Projeto Associado 44-1: Estudo sobre o mecanismo de financiamentos para as micro e pequenas empresas**

**Objetivo:** Elaborar estudo com a avaliação da situação atual dos mecanismos de financiamento para as micro e pequenas empresas no Brasil e no mundo e proposta(s) que atendam à Micro e Pequena Indústria.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Renato da Fonseca.

**Status do Projeto:** Projeto Integrado - ações incorporadas ao novo projeto sobre financiamento (projeto 38.2)

Início	Fim
Abril de 2006	Setembro de 2006





## Programas e Projetos Associados:

### Programa 46. Promoção Comercial e Desenvolvimento de Imagem e Marcas

**Objetivo:** Estabelecer parcerias do setor privado com órgãos públicos com objetivo de coordenar e priorizar iniciativas conjuntas de promoção comercial voltadas para:

- i. Internacionalização de empresas de pequeno porte;
- i. prospecção de mercados externos de produtos;
- i. desenvolvimento da imagem e marcas de produtos brasileiros;
- i. participação em eventos e organização de missões ao exterior;
- i. inteligência comercial.

As atividades de promoção comercial serão desenvolvidas inclusive pela Rede Brasileira de Centros Internacionais – Rede CIN.

#### Projeto Associado 46-1: Fortalecimento dos mecanismos de promoção comercial

**Objetivo:** Propor, em parceria com entidades públicas e privadas, novas formas de atuação conjunta de promoção comercial que estimulem resultados mais expressivos no esforço de promoção comercial dos produtos brasileiros e no desenvolvimento da imagem do Brasil no exterior.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
José Frederico Álvares.

**Status do Projeto:** Projeto integrado às ações do projeto 46-4: Implantação de Unidades de Atendimento da APEX-Brasil em Federações de Indústrias.

Início	Fim
Julho de 2007	Dezembro de 2010



### Projeto Associado 46-2: Base de dados em comércio exterior

**Objetivo:** Apoiar o processo de inteligência comercial por meio do desenvolvimento do sistema “Consolidação das Base de Conhecimento em Comércio Exterior”. O Sistema é uma ferramenta de uso dos Centros Internacionais de Negócios (CINs) das Federações de Indústrias utilizada para a preparação de perfis e prospecção de mercados.

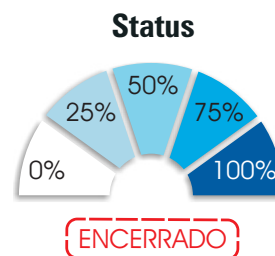
**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

José Frederico Álvares.

**Ações realizadas:**

- Bases de Conhecimento em Comércio Exterior implantadas em julho de 2007;
- Equipes da Rede CIN treinadas para uso da ferramenta.

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2007



### Projeto Associado 46-3: Ações de Promoção Comercial no Exterior

**Objetivo:** Desenvolver programas nacionais de promoção comercial e prospecção de mercados internacionais, através de metodologias específicas, com objetivo de viabilizar a inserção competitiva de pequenas e médias empresas brasileiras e seus produtos em mercados externos estratégicos. As atividades são coordenadas pela Unidade de Comércio Exterior da CNI e implementadas pelos Centros Internacionais de Negócios das federações de indústrias.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

José Frederico Álvares.

**Ações realizadas:**

- Em 2009, 12 Missões Prospectivas no exterior realizadas: Fruit Logistic, Expocomer, Salone, Hannover, Alimentaria, Cosmoprof, CPD Body Look, ANUGA, FIHAV, MACEF, Expocruz, Canton Fair, Big Five e EMO. Participação de 400 empresas dos segmentos de alimentos/bebidas, têxtil/confecção, móveis/madeira, metal-mecânico, eletroeletrônico, biotecnologia e Construção Civil;
- Em 2008, sete missões prospectivas realizadas contaram com a participação de 260 empresas de todo o Brasil sob articulação e colaboração dos 27 Centros Internacionais de Negócios. A implementação Programa contou com parcerias de instituições como a APEX, o China Trade Center, o Departamento de Comércio dos EUA, além do SEBRAE e do SENAI Nacional;
- Em 2007, realização de oito missões empresariais: Fruit Logística (Agronegócio/Alemanha); Hannover (Metal Mecânico/Alemanha);

Início	Fim
Março de 2008	Dezembro de 2009



FOODEX (Alimentos, Japão); SIAL (Alimentos/França); Canton Fair (Multisetorial/China); Big 5 (Construção Civil/Emirados Árabes); e

- Pollutec (Meio Ambiente/França).
- Projeto Integrado com 46-8 - Missões Empresariais Prospectivas no Exterior.

### Projeto Associado 46-4: Implantação de Unidades de Atendimento da APEX-Brasil em Federações de Indústrias

Início	Fim
Janeiro de 2009	Julho de 2011

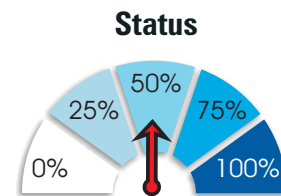
**Objetivo:** Promover aproximação estratégica do Sistema CNI com a APEX Brasil, facilitando o desenvolvimento de ações conjuntas de promoção comercial e internacionalização voltadas as características regionais das empresas.

#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

José Frederico Álvares.

#### Ações realizadas:

- Convênios firmados entre APEX, CNI e Federações visando a implantação de Unidades de Atendimento nos Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- Planos Operacionais das Unidades de Atendimento definidos conjuntamente entre APEX-CNI-Federações;
- As Unidades de Atendimento objetivam, principalmente:
  - Fortalecimento as ações de promoção comercial para às empresas brasileiras;
  - Desenvolvimento de ações conjuntas de promoção comercial nos mercados-alvo de interesse das entidades;
  - Formulação à APEX de propostas de setores industriais ainda não atendidos em projetos APEX (PSIs).
- Conclusão em novembro de 2010 da negociação com a APEX-Brasil para a renovação de parceria entre as entidades para manutenção das Unidades de Atendimento APEX nas instalações dos Centros Internacionais de Negócios ligados às Federações de Indústrias. Além da manutenção das Unidades de Atendimento nos estados de Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, foi negociada a implantação de mais quatro Unidades APEX-Brasil, que em princípio serão instaladas nos estados da Bahia, Espírito Santo, Pará e Rio de Janeiro. O convênio terá vigência até dezembro de 2012.



## Situação dos Programas e Projetos

- Realização de ações conjuntas de promoção comercial com a Apex Brasil:
  - Feiras internacionais FILDA (Angola, Multisetorial), Big 5 (Dubai, Construção Civil), SIAL (França, Alimentos) e Expocomer (Panamá, Multisetorial) em 2010. Arregimentação conjunta e preparação de 194 empresas brasileiras.
  - Seminários de Inteligência de mercado para alimentos, construção civil e países em 19 Estados Brasileiros
  - Elaboração e divulgação do estudo “Estado Exportador” para os Estados de Santa Catarina, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Estão em fase de finalização mais 6 estudos de competitividade.

### Projeto Associado 46-5: Gerenciamento do Programa AI-Invest IV

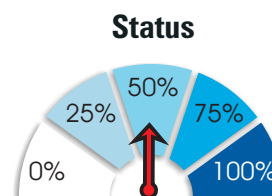
**Objetivo:** Gerenciar a implementação do Programa AI-Invest IV no âmbito dos países do Mercosul (Argentina, Paraguai, Uruguai), Chile e Venezuela por meio de Consórcio de instituições de apoio empresarial. O Programa AI-Invest é financiado pela Comissão Europeia e tem como objetivo apoiar o fortalecimento e internacionalização das pequenas e médias empresas latino-americanas, o intercâmbio de inovações e conhecimento e a promoção de negócios com empresas europeias.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
José Frederico Álvares.

#### Ações realizadas:

- Em 2009, implantação do Escritório de Gestão da Ação (UGA) em Brasília para gerenciamento dos projetos nos países do Consórcio;
- Evento de lançamento do Programa AI-Invest – Fase IV em São Paulo, com a participação de representantes da Comissão Europeia, Consórcio Mercosul-Chile-Venezuela (MCV) e Consórcios Andino e Centro-América – liderados respectivamente pela CAINCO (Bolívia) e NAFIN (México);
- Realização de Curso sobre Normas Financeiras e Contratuais;
- Desenvolvimento e treinamento dos parceiros no uso do software de gerenciamento do Programa AI-Invest.
- O ano de 2010 consolidou a gestão financeira e administrativa do Consórcio Mercosul, Chile e Venezuela do Programa AI-Invest pela CNI. Neste contexto, foram realizadas capacitações dos sócios executores em temas financeiros e de prestação de contas; a revisão

Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2012





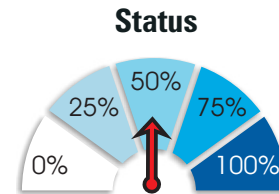
de manuais gerenciais e de procedimentos e a implantação do Sistema Informático de Gestão, visando melhor acompanhamento e gestão da execução física e financeira do Programa na sub-região.

**Projeto Associado 46-6: Execução Nacional do Programa AI-Invest IV**

<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Janeiro de 2009	Dezembro de 2012

**Objetivo:** Promover e fortalecer a internacionalização de pequenas e médias empresas brasileiras no mercado internacional principalmente por meio da oferta de serviços de prospecção comercial e tecnológicas, rodadas de negócios, missões empresariais e intercâmbio de experiências. No Brasil, o Programa conta com o apoio dos Centros Internacionais de Negócios ligados às Federações de Indústrias.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
José Frederico Álvares.



**Ações realizadas:**

- Em 2009, o Programa AL-INVEST IV, executado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, apoiou a inserção internacional de pelo menos 4600 empresas por meio de 30 atividades com foco em assistência técnica especializada, cursos em comércio exterior, rodadas de negócios, prospecção de mercados e participação em feiras internacionais. A seguir, alguns números mais específicos:
  - 119 cursos de curta duração com foco em processos do comércio exterior, realizados em 26 Estados brasileiros, com carga horária total de 1097 horas/aula.
  - 8 encontros de negócios no Brasil realizados durante feiras nacionais de referência para os setores empresariais contemplados no projeto.
  - 10 missões empresariais de caráter prospectivo em feiras internacionais realizadas na Europa e América Latina, conforme metodologia de promoção comercial desenvolvida e implementada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI.
  - 4 formações especializadas dirigidas a pequenas e médias e médias empresas dos segmentos de alimentos processados, bebidas e fruticultura.
- Em 2010, o programa AI-Invest IV atendeu 1153 empresas em 24 projetos estruturantes para os setores de alimentos e bebidas, metal-mecânico, móveis e madeira, construção civil, meio ambiente e energia e complexo indumentário. A seguir, estão apresentados números consolidados do Programa em 2009/2010, conforme metas definidas pela Comissão Européia:

## Situação dos Programas e Projetos

- 5653 pequenas e médias beneficiadas (104% superior a meta aprovada pela CE)
- 64 projetos realizados em 2009 e 2010
- 119 cursos de curta duração (8h à 24h) realizados com foco em processo aduaneiro e de comércio exterior
- 17 encontros de negócios em feiras internacionais de referência realizadas no Brasil
- 22 Missões empresariais de caráter prospectivo viabilizadas durante feiras internacionais setoriais no exterior
- 06 Assistências técnicas realizadas (marcação CE, Design, Embalagem e outros temas transversais)
- 03 metodologias de internacionalização de empresas implementadas e aplicadas em caráter piloto

### Projeto Associado 46-7: Inteligência Comercial

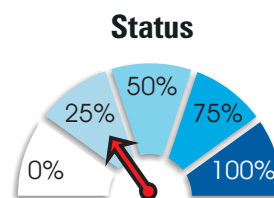
**Objetivo:** Fortalecer a prestação de serviços de Inteligência comercial às empresas brasileiras, favorecendo a tomada de decisão estratégica e maior conhecimento sobre as demandas das empresas em relação a atuação internacional. O projeto prevê a estruturação de áreas de inteligência comercial nos Centros Internacionais de Negócios das Federações de indústrias.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
José Frederico Álvares.

#### Ação realizada:

- Elaboração do Planejamento Estratégico Rede CIN 2010-2015, lançado em agosto de 2010, para todos os integrantes da Rede com objetivo de ampliar o atendimento da Rede CIN às pequenas e médias empresas e apoiar de forma efetiva a internacionalização destas. A Consolidação do Mapa Estratégico servirá como “plano de vôo” para orientar a Rede quanto às adequações, investimentos e projetos que precisam ser implementados para melhor atender às demandas dos industriais em relação ao mercado externo.

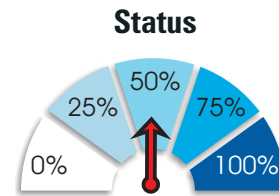
Início	Fim
Janeiro de 2010	Dezembro de 2012



**Projeto Associado 46-8: Missões Empresariais Prospectivas no Exterior**

Início	Fim
Janeiro de 2010	Dezembro de 2011

**Objetivo:** Realizar missões empresariais de caráter prospectivo em feiras internacionais de referência para a indústria nacional, com objetivo de identificar tendências de consumo, canais de distribuição, mapeamento de concorrência e outras informações de mercado relevantes para contribuir com a inserção competitiva de pequenas e médias empresas brasileiras e seus produtos em mercados externos estratégicos. As atividades são coordenadas pela Unidade de Comércio Exterior da CNI e implementadas pelos Centros Internacionais de Negócios das federações de indústrias.



**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
José Frederico Álvares.

**Ações realizadas:**

- Realização de 15 missões prospectivas que contaram com a participação de 455 empresas de todo o Brasil sob articulação e colaboração dos 27 Centros Internacionais de Negócios. Para a realização das Missões, a CNI contou com a parceria de instituições como a APEX-Brasil e o China Trade Center, bem como o co-financiamento de 11 Missões pelo Programa AL-Invest IV, iniciativa da Comissão Europeia para a internacionalização de pequenas e médias empresas da América Latina. Um exemplo para mensurar a importância de iniciativas desta natureza: a expectativa de geração de negócios indicada pelas empresas para um período de 12 meses na Missão SIAL Paris foi de US\$ 5 milhões.
- Realização de missões prospectivas em pelo menos 10 feiras internacionais, prioritariamente para os setores de alimentos/bebidas, têxtil/confecção, móveis/madeira, metal-mecânico, eletro-eletrônico, biotecnologia e Construção Civil. A meta é viabilizar a participação de 230 empresas e atuar em parceria com entidades com a APEX e o SENAI.

### Programa 47. Mecanismos de Apoio a Exportação

**Objetivo:** Aperfeiçoar os programas governamentais de apoio às exportações.

#### Projeto Associado 47-1: Avaliação do sistema de financiamento às exportações

**Objetivo:** Avaliar e acompanhar permanentemente, em conjunto com outras entidades, os mecanismos de apoio financeiro e o seguro de crédito às exportações, com vistas a formular propostas de aperfeiçoamento. Serão estudadas propostas para fortalecer o seguro de crédito e sua operacionalidade será revista para ter seu alcance expandido, por exemplo, beneficiando as PMEs e acrescentando outras formas de garantias ao programa.

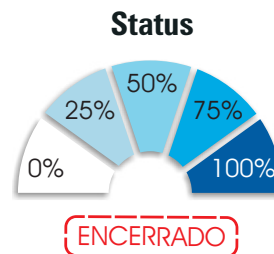
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

José Frederico Álvares.

#### Ações realizadas:

- Legislação aprovada pela CAMEX amplia o escopo do SCE, viabilizando a participação das empresas de pequeno e médio portes.

Início	Fim
Julho de 2007	Dezembro de 2009



#### Projeto Associado 47-2: Certificação de Origem Digital

**Objetivo:** Implantar solução on-line para geração de certificados de origem, para uso dos emissores ligados ao Sistema Indústria, conferindo maior eficiência no processo de emissão do documento e agregação de competitividade à prestação de serviços ofertados pelas federações de indústrias. Na Fase II do projeto está prevista o uso de Assinatura Digital pelos emissores.

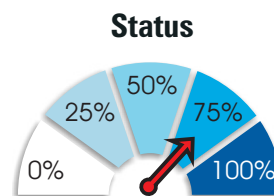
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

José Frederico Álvares.

#### Ações realizadas:

- Avaliação das soluções existentes, no âmbito do Sistema Indústria; desenvolvimento do Plano de Negócios do novo produto e alinhamento com a Rede CIN sobre as fases previstas do projeto;
- Ferramenta desenvolvida e homologada por 27 Estados;
- Treinamento de 27 Estados para utilização da ferramenta;
- Implantação da ferramenta COD em 9 Estados. COD com operação

Início	Fim
Janeiro de 2008	Dezembro de 2011



estabilizada nestas localidades, com emissões de certificado origem regulares;

- Atraso na assinatura dos termos de adesão ao Sistema COD pelas Federações, impactando na geração de receitas e no plano de implantação da ferramenta nos Estados. Plano de contingência em andamento, com acompanhamento diário de status (2010).

**Projeto Associado 47-3: Definição de Agenda de Defesa de Interesses no Exterior**

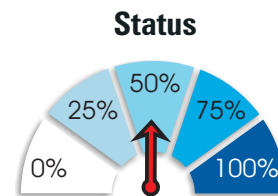
**Objetivo:** Realizar o monitoramento permanente de políticas comerciais e financeiras adotadas ou em discussão pela União Européia e Estados Unidos, buscando identificar obstáculos e oportunidades para atuação da indústria nacional.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
José Frederico Álvares.

**Ações realizadas:**

- Assinado Convênio de Cooperação Técnica entre CNI e APEX para implantação de Escritório de Monitoramento em Bruxelas, Bélgica;
- Associação da CNI ao Brazil Industries Coalition – BIC. O BIC é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2000, com sede em Washington - DC, detendo autorização para realizar atividades de lobby nos Estados Unidos.
- Inauguração do Brazilian Business Affairs (BBA) resultado do convênio de cooperação entre CNI e APEX Brasil (junho, 2010). O BBA foi criado para contribuir com o avanço da relação comercial e de investimento entre o Brasil e a União Européia. Localizado em Bruxelas, na cidade-sede da União Européia, o escritório atua como base para as ações de relacionamento político-econômico e também acompanha as tendências e deliberações da UE.

Início	Fim
Novembro de 2009	Novembro de 2012



### Programa 48. Estrutura Regulatória do Comércio Exterior

**Objetivo:** Reduzir a burocracia que envolve os processos de comércio exterior. O programa prevê a coleta de sugestões e propostas de desburocratização a serem encaminhadas ao Governo. Estão previstas parcerias com as entidades empresariais da indústria, além da participação dos Centros Internacionais de Negócios.

#### Projeto Associado 48-1: Redução da burocracia no comércio exterior

**Objetivo:** Simplificar os procedimentos existentes, a fim de reduzir custos e agilizar processos para as empresas brasileiras. Estará em foco a adoção de medidas de facilitação do comércio, segundo convenções e normas internacionais.

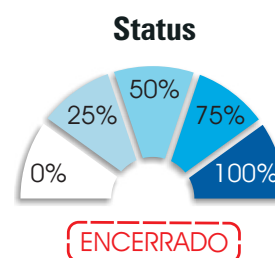
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

José Frederico Álvares.

#### Ações realizadas:

- Divulgação da Pesquisa sobre os Problemas das Empresas Exportadoras;
- Proposto à CAMEX um conjunto de temas que merecem, na visão da indústria, um tratamento prioritário: facilitação do comércio, em especial a agilização dos processos de emissão de licenças prévias; a negociação de tratados para evitar a dupla tributação, em especial com os EUA; conclusão dos entendimentos no âmbito do Executivo, sobre a negociação dos Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos e; ajustes nos normativos que regulam os preços de transferência;
- Foram elaboradas propostas para a PITCE: para alterar a legislação aduaneira visando incluir regra de interpretação que favoreça o empresário<sup>1</sup> e de Desoneração do investimento reduzindo o índice aplicável para que as empresas se beneficiem da isenção do PIS e da COFINS;
- Esse projeto terá um novo impulso através do projeto de Corte a Burocracia – 12-1.

Início	Fim
Março de 2006	Dezembro de 2010



**Programa 49: Formulação Estratégica para Grandes Negociações Comerciais Internacionais**

**Objetivo:** Consolidar o posicionamento estratégico da Indústria sobre as negociações comerciais internacionais pela identificação de suas prioridades, tanto em termos de iniciativas regionais, quanto da agenda multilateral. Esta etapa é fundamental para aumentar a influência do setor empresarial na formulação das estratégias brasileiras para as negociações comerciais internacionais.

**Projeto Associado 49-1: Mapeamento dos interesses da indústria com relação à agenda de acordos comerciais**

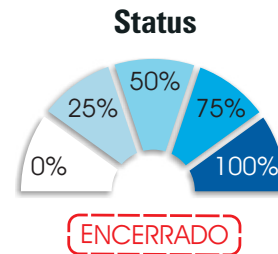
**Objetivo:** Elaborar estudos e avaliação dos interesses comerciais brasileiros em 20 mercados selecionados. Os resultados serão apresentados a Federações de Indústria, associações setoriais e empresários como insumos ao debate e posicionamento da Indústria para tomada de decisões estratégicas relacionadas à agenda de acordos comerciais.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Soraya Rosar.

**Ações realizadas:**

- Os três estudos sobre os interesses brasileiros na América do Sul e o Sumário Executivo foram finalizados e impressos (quatro volumes / tiragem de 1200 exemplares);
- A divulgação formal dos trabalhos foi feita no Seminário “Os interesses dos empresários brasileiros na América do Sul” realizado no dia 28 de fevereiro de 2008, na sede da Abimaq, em São Paulo;
- Apresentação, em dezembro de 2007, dos estudos para a equipe do Itamaraty responsável pela América do Sul e, em março de 2008, para a equipe do MDIC;
- Foram realizados seminários de divulgação dos estudos nas federações de Minas Gerais, Rio de Janeiro e em associações que demonstraram interesse pelos estudos;
- A decisão de realizar três workshops regionais – Argentina, Colômbia e Peru – foi revista e a ação suspensa.

Início	Fim
Julho de 2005	Janeiro de 2009



### Programa 50. Consolidação e Aperfeiçoamento do Sistema Empresarial da Influência em Negociações Internacionais - Coalizão Empresarial Brasileira

**Objetivo:** Reforçar a capacidade de operação e influência da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), a partir da revisão do seu sistema de funcionamento - tanto em termos de definição da representação quanto de atribuições de responsabilidades -, buscando mais eficiência nas negociações internacionais.

#### Projeto Associado 50-1. Consolidação e aperfeiçoamento do sistema empresarial de influência em Negociações Internacionais (CEB)

**Objetivo:** Consolidar e aperfeiçoar o sistema empresarial de influência em Negociações Internacionais, de modo a reforçar a capacidade de influência da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB).

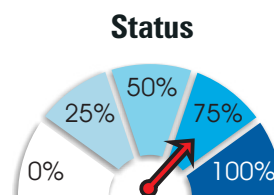
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Soraya Rosar.

#### Ações realizadas:

- Realização, em maio de 2007, do Seminário Internacional sobre Organização Empresarial para Negociações Internacionais com participação de representantes de organizações empresariais dos Estados Unidos, União Européia e México, para a avaliação da experiência internacional. O resultado deixou claro que os problemas enfrentados por estas instituições são muito parecidos com os nossos, mas não há uma fórmula mágica e única para resolvê-los;
- A reestruturação do site "Negociações Internacionais" está pronta, o site já está homologado faltando apenas a homologação do seu manual de uso para finalizar o processo. Encontra-se em fase definição a melhor data de lançamento do site (2010).

Início	Fim
Julho de 2005	Junho de 2011





**Programa 51. Aperfeiçoamento do Modelo Institucional de Consultas Governo-Setor Privado em Negociações Internacionais**

**Objetivo:** Implementar os procedimentos sugeridos no documento “Aperfeiçoamento do processo de consultas entre governo e setor empresarial nas negociações comerciais internacionais” que visam o aprimoramento do processo de consultas governo-setor privado.

**Projeto Associado 51-1: Aperfeiçoamento do modelo institucional de comércio exterior e negociações internacionais**

**Objetivo:** Com base nas sugestões do documento “Aperfeiçoamento do processo de consultas entre governo e setor empresarial nas negociações comerciais internacionais” e nos melhores práticas internacionais, elaborar propostas para o aperfeiçoamento do modelo institucional de comércio exterior e negociações internacionais, buscando a construção do consenso junto a organizações empresariais.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Soraya Rosar.

**Status do Projeto:** Projeto integrado ao Programa 50.

Início	Fim
Junho de 2006	Março de 2007



### Programa 52: Capacitação das Empresas para Exportação

**Objetivo:** Fortalecer e ampliar as ações de preparação da empresa brasileira visando sua inserção competitiva no mercado internacional. O Programa prevê um diagnóstico das ações atualmente em execução por diversos órgãos e entidades governamentais com o intuito de aperfeiçoá-las. Caberá à Rede de Centros Internacionais de Negócios, pela capilaridade que dispõe, um importante papel no desenvolvimento de projetos buscando, inclusive, apoiar empresas integrantes de APLs.

#### Projeto Associado 52-1: Assessorar as Empresas para o processo de exportação (EXPORTA CIN - Individual)

**Objetivo:** Assessorar empresas, previamente selecionadas, na participação de processo de operação de exportação. Serão elaborados perfis de mercado, planos de exportação, prospecção de mercados externos, além de ser conferida assistência técnica especializada por um agente comercial para a realização de uma venda externa.

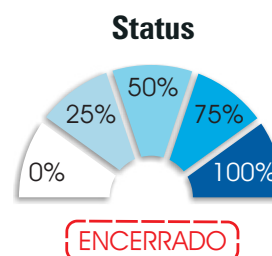
#### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

José Frederico Álvares.

#### Ações realizadas:

- Conclusão do 1º Ciclo do Programa Exporta em março. Do total das empresas participantes 19 fecharam negócios e 11 estão com negócios em andamento. A metodologia foi premiada pela FIA-USP como a melhor prática de apoio ao exportador do ano;
- Levantamento de número de federações interessadas em implantar a metodologia Exporta CIN e planejamento das etapas previstas para atendimento empresarial em 2008 (2º ciclo);
- 2º Ciclo do Programa Exporta CIN concluído em dezembro de 2009. Participação de 17 Estados e 32 empresas e realização de 43 prospecções de mercados. Ampliação do número de agentes comerciais especializados para atendimento às empresas;
- Metodologia disponibilizada como produto de prateleira para uso da Rede CIN. CNI continua apoiando a implementação do Programa por meio da seleção, alinhamento e capacitação de agentes comerciais na metodologia Exporta CIN Individual.

Início	Fim
Julho de 2005	Dezembro de 2010



**Projeto Associado 52-3: Capacitação Empresarial em Comércio Exterior**

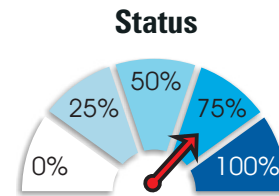
Início	Fim
Janeiro de 2008	Dezembro de 2012

**Objetivo:** Promover programa de capacitação empresarial com foco em processo de comércio exterior dirigido às pequenas e médias empresas, contribuindo para consolidação de cultura exportadora e sustentabilidade de suas operações no exterior. Adicionalmente aos módulos relacionados à processos em comercio exterior, o Programa agregará também módulo dirigido à gestão de negócios internacionais, inovação, negociação internacional e acesso a mercados.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
José Frederico Álvares.

**Ações realizadas:**

- Realizados 213 cursos voltados à temas de processo de comércio exterior em 24 estados brasileiros por meio dos Centros Internacionais de Negócios (2008);
- Realizados 109 cursos, com a participação de 2387 empresas e 997 horas/aula. Os cursos foram realizados em todo país, de forma presencial, exceto nos Estados do Amapá, Piauí e Santa Catarina (2009).
- Realizados 05 programas de capacitação e assistências técnicas com foco no planejamento, diagnóstico das empresas e assistência técnica/apoio para implementação das melhorias. As empresas foram previamente convidadas a participar, mediante a realização de diagnóstico. Durante o período de realização dos projetos as empresas participantes receberam apoio técnico de consultorias especializadas. Foram abordados os seguintes temas: sistema de embalagens, homologação de produtos e marcação CE, Fair Trade e certificação de produtos (2010).



### Projeto Associado 52-4: Programas de Prospecção de Mercado Externo

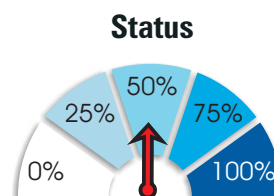
**Objetivo:** Promover prospecção de oportunidades comerciais e tecnológicas para empresas nacionais visando a sustentabilidade dos negócios internacionais das empresas brasileiras. Este projeto é integrado pelas metodologias Exporta CIN Coletivo e Prospect e são desenvolvidos por meio da Rede CIN.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
José Frederico Álvares.

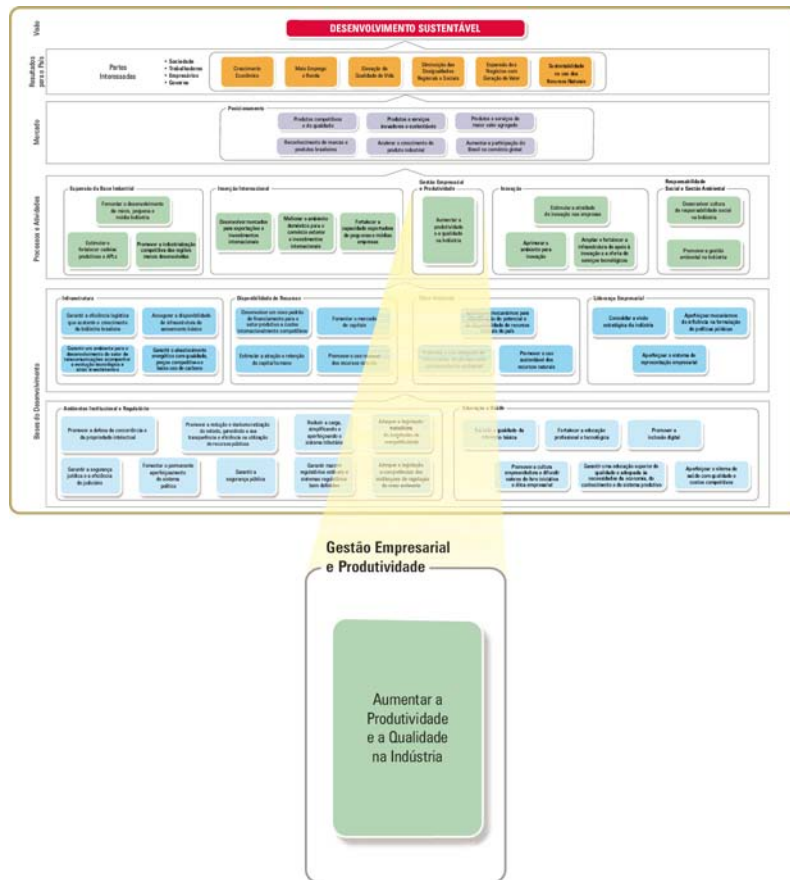
#### Ações realizadas:

- Definição da metodologia Exporta CIN –Grupos Empresariais para desenvolvimento pela Rede CIN. Está sendo implementada a metodologia, em caráter piloto, nos estados de Goiás, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais;
- Realização de piloto do Prospect na Polônia dirigido ao setor de confecções com a participação de 18 empresas de seis Estados.
- O Programa Exporta CIN teve sua continuidade com a metodologia individual e a implementação da metodologia do Exporta CIN Coletivo, desenvolvido com recursos do Programa AI-Invest. Participaram do Programa 5 estados e 19 empresas. Devido à demanda por atendimento empresarial, o número de agentes comerciais especializados para atendimento às empresas foi ampliado (2010).
- Participação dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul, perfazendo um total de 19 empresas atendidas. Foram realizadas 16 prospecções de mercados e negócios. A conclusão desta etapa do Projeto está prevista para Junho de 2011.

Início	Fim
Janeiro de 2009	Dezembro de 2012



# GESTÃO EMPRESARIAL E PRODUTIVIDADE



A produtividade é uma variável chave do processo de crescimento.

Elevar a produtividade é a única forma sustentável de expandir a renda e a qualidade de vida da população.

### Programas e Projetos Associados:

#### Programa 53. Fomentar as Melhores Práticas de Gestão na Indústria

**Objetivo:** Desenvolver e apoiar iniciativas - empresariais e públicas voltadas para a difusão das melhores práticas de gestão na indústria.

##### Projeto Associado 53-1: Iniciativas de apoio à Competitividade Empresarial

**Objetivo:** Realizar iniciativas de apoio às Micro e Pequenas Indústria, em particular, para que participem de projetos e programas voltados à melhoria da competitividade empresarial.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Renato da Fonseca.

##### Status do projeto:

- Integração com o projeto 42-1 – Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI).

Início	Fim
Dezembro de 2005	Março de 2010



**Projeto Associado 53-2: Programa de Mobilização Empresarial para a Competitividade**

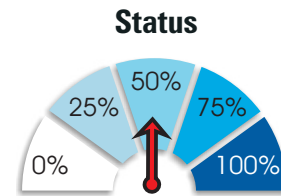
Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2011

**Objetivo:** Incentivar as indústrias a participar de prêmios que privilegiam melhores práticas em gestão, melhoria de processos e busca contínua de melhoria de competitividade e qualidade. A participação nos prêmios pressupõe uma decisão das organizações no sentido de buscar as melhores práticas vigentes que promovam a sua competitividade.

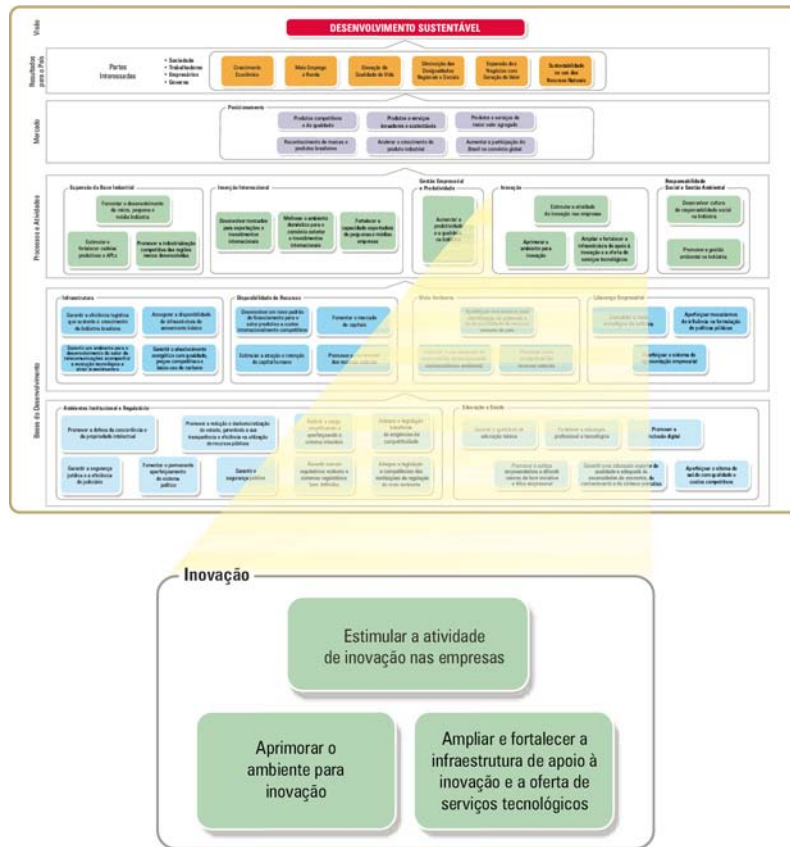
**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Paulo Mól.

**Ações realizadas:**

- Realização do Prêmio CNI 2008, com participação de 438 empresas provenientes de 18 federações de indústria; premiação de 18 projetos nas categorias Inovação, Design e Desenvolvimento Sustentável;
- Realização do Prêmio CNI 2009, com participação de 589 empresas provenientes de 24 federações de indústria; 178 projetos selecionados e premiação de 18 projetos nas categorias Inovação, Design e Desenvolvimento Sustentável;
- Planejamento da edição 2010 do Prêmio CNI.
- Em 2010 foram realizadas as seguintes ações: planejamento e desenvolvimento de regulamento, metodologia de avaliação, implementação do sistema de inscrições e avaliação e plano de comunicação e mídia.



# INOVAÇÃO



A inovação é fundamental para a estratégia industrial brasileira.

Criar um ambiente favorável à inovação, dispor de uma adequada infraestrutura tecnológica e de centros de conhecimento com capacidade de transformar pesquisas em resultados são imprescindíveis para o sucesso da indústria nos próximos dez anos.



■ **Programas e Projetos Associados:**

**Programa 54. Integração Empresa / Centros de Conhecimento**

**Objetivo:** Ampliar a interação entre empresas e instituições de pesquisa, de forma a propiciar maior cooperação na análise e desenvolvimento de produtos e processos. O programa parte de um conjunto de ações pré-existentes, tais como os Fundos Setoriais de C&T, as atividades promovidas pelas fundações estaduais de apoio à pesquisa, entre outras.

**Projeto Associado 54-1: Projeto: Criação de redes de instituições de apoio à inovação nas empresas**

**Objetivo:** Propor a criação de redes de instituições de apoio à inovação através da participação de Universidades e centros de pesquisa, atuando junto às empresas industriais. Fomentar iniciativas na área de Nanotecnologias aplicadas a indústria, buscando ampliar a pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

Paulo Mól.

**Status do Projeto:** Integrado. As ações previstas nesse projeto foram, em parte, transferidas para o projeto 60-2: Programa de Mobilização Empresarial Pró- Inovação.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2008



**Projeto Associado 54-2: Programa de Mobilização Empresarial para a Pesquisa Cooperativa**

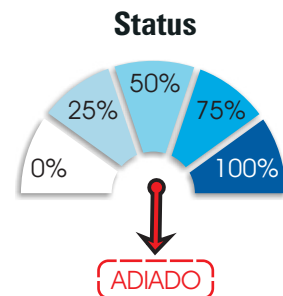
**Objetivo:** Promover eventos de mobilização empresarial com instituições de pesquisa cooperativa, por meio de rodas de negócio nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e materiais avançados.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

Paulo Mól.

**Status do Projeto:** Adiado. Projeto em fase de reavaliação.

Início	Fim
a definir	a definir



### Projeto Associado 54-3: Programa de Representação Empresarial nos Fundos Setoriais

**Objetivo:** Consolidar um fórum dos representantes para garantir representatividade contínua e eficiente nos comitês gestores dos fundos.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

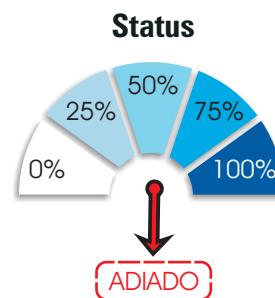
Paulo Mól.

**Status do Projeto:** Adiado. Projeto em fase de reavaliação.

**Ações realizadas:**

- Indicação de representantes para os Fundos Setoriais;
- Acompanhamento nas reuniões dos Fundos Setoriais;
- Avaliação das ações dos Fundos Setoriais.

Início	Fim
a definir	a definir



### Programa 56: Modernização dos Centros Tecnológicos e Focalização nos Clientes

**Objetivo:** Intensificar os esforços de recuperação e ampliação da infraestrutura de pesquisa e de prestação de serviços dos centros de tecnologia e conectá-los a um estreito relacionamento com as empresas. Isso implica simplificar e desburocratizar o acesso das empresas às informações e soluções tecnológicas produzidas nos institutos de pesquisa e universidades. A principal resultante é ampliar e facilitar os mecanismos de comunicação entre as empresas e os provedores de soluções.

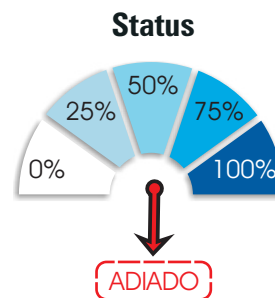
### Projeto Associado 56-2: Projeto "Rede de Competências" (CNI-IEL-SENAI)

**Objetivo:** Fomentar a utilização das redes de competências que possibilitam às empresas uma integração de oferta e demanda tecnológica entre os diversos agentes econômicos, sociais e institucionais. As participações das empresas industriais nas redes possibilitam incrementar negócios tecnológicos, desenvolvimento de competências em pesquisa, tecnologia e inovação para a busca de soluções tecnológicas.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**

Paulo Mól.

Início	Fim
a definir	a definir



**Programa 57. Modernização / Expansão da Rede Prestadora de Serviços de Tecnologia Industrial Básica (TIB)**

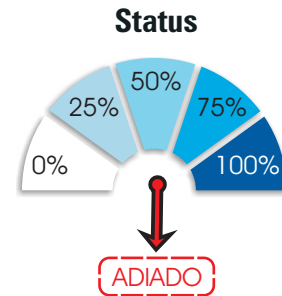
**Objetivo:** Assegurar a modernização e expansão da rede prestadora de serviços de TIB para a indústria. O programa irá articular diversas iniciativas governamentais e do setor privado, (eg.SENAI) de forma a ampliar os investimentos em TIB do país e promover maior adequação entre sua distribuição espacial e setorial e as demandas empresariais.

Início	Fim
a definir	a definir

**Projeto Associado 57-1: Projeto de Modernização dos Centros Tecnológicos e de Prestação de Serviços de TIB**

**Objetivo:** Promover e fomentar ações para modernizar centros tecnológicos públicos e privados e de prestação de serviços de TIB.

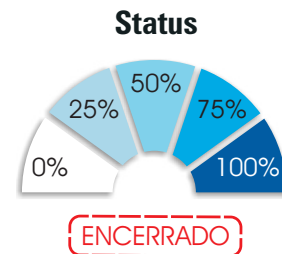
**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Paulo Mól.



**Projeto Associado 57-2: Programa Brasileiro de Avaliação de Conformidade – PBAC**

**Objetivo:** Fomentar a participação da indústria no PBAC, que tem como objetivo desenvolver uma visão de longo prazo e gerir estrategicamente a atividade de Avaliação de Conformidade no país. Esta avaliação possibilitará melhoria na qualidade de vida da população através da produção de bens e serviços que atendam as necessidades dos consumidores, em um ambiente de justa competição. O PBAC objetiva também o incremento das exportações, através do aumento da competitividade do setor produtivo.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2008



**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Paulo Mól.

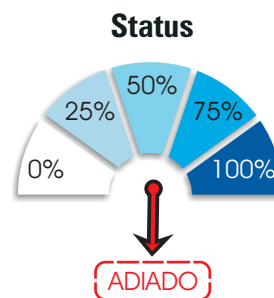
**Status do Projeto:** Projeto encerrado em virtude do término do Programa no CONNETRO.

### Projeto Associado 57-3: Programa Brasileiro de Normalização – PBN

**Objetivo:** Garantir a qualidade dos produtos e a competitividade do País no mercado internacional. Baseado em parâmetros mundiais de normalização - Japão, Canadá, Estados Unidos e Austrália -, o PBN busca adequar as normas às necessidades do país, definindo uma estrutura inovadora e alinhada às exigências da globalização.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Paulo Mól.

Início	Fim
a definir	a definir



### Programa 60: Reformulação do Sistema de Apoio à Inovação

**Objetivo:** Promover a reformulação do sistema de apoio à inovação tecnológica, em particular com a adoção de um novo marco legal de incentivos à inovação empresarial, consistente com as boas práticas internacionais.

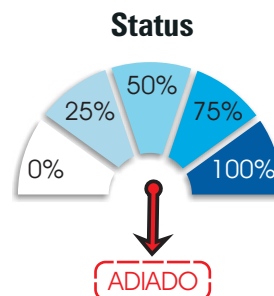
#### Projeto Associado 60-1: Criação de um Ambiente Regulatório Favorável à Inovação nas Empresas

**Objetivo:** Atuar junto ao Governo para propor aperfeiçoamentos em Medidas Provisórias e projetos de Lei que tenham impacto sobre a inovação nas empresas. Buscar experiências internacionais sobre políticas de inovação e sugerir propostas para o caso Brasileiro.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Paulo Mól.

**Status do Projeto:** Adiado. Para 2010, está prevista a elaboração de um estudo de políticas industriais comparadas, com foco na política de inovação.

Início	Fim
a definir	a definir



#### Projeto Associado 60-2: Programa de Mobilização Empresarial Pró-Inovação

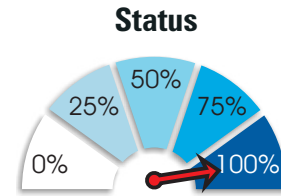
**Objetivo:** Promover e/ou incentivar a participação em eventos nacionais de Mobilização Empresarial, para criar propostas para o tema Inovação. Coordenar a realização de Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, atuando junto aos Fóruns Setoriais e regionais da Indústria.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:**  
Paulo Mól.

**Ações realizadas:**

- A Mobilização realizou trabalhos com quatro tipos de público para discutir o papel da inovação e os desafios do país nessa área:
  - a. líderes empresariais: foram realizadas três reuniões (março, maio, junho). Constituição do Comitê Empresarial da MEI, composta pelos empresários: Adilson Primo (Siemens); Pedro Wongtschowski (grupo Ultra); Pedro Passos (Natura); Frederico Curado (Embraer); Ricardo Pelegrini (IBM); Rogelio Golfarb (Ford) e Wilson Ferreira Jr (CPFL);
  - b. representantes de associações setoriais: foram realizados três encontros (abril, junho e julho). Formação do Comitê de presidentes de associações setoriais, composto por Aguinaldo Diniz Filho (ABIT), Humberto Barbato (Abinee), Luiz Aubert Neto (Abimaq) e João Carlos Basílio da Silva (Abihpec);
  - c. representantes com enfoque regional, com as participações das federações de indústria e do SEBRAE;
  - d. representantes de instituições públicas e privadas que tratam da agenda de inovação: apresentações da MEI em fóruns importantes como o Pró-Inova, em reuniões do Fortec, CGEE, MBC, Anpei e visitas técnicas ao MCT, BNDES, SEBRAE e ABDI, entidades parceiras na MEI. Foi realizada, em abril, uma reunião com empresas de consultorias especializadas em gestão de inovação.
- Realização do 3º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, realizado no dia 19 de agosto de 2009, e elaboração do manifesto "Inovação: A construção do futuro", que foi entregue ao presidente da República pelos líderes empresariais em audiência em outubro de 2009;
- Construção da Rede de Núcleos de inovação: mobilização de federações, com visitas técnicas a cinco estados (CE, PE, AL, BA, RS) e reunião, em São Paulo, com 10 setores industriais;
- Preparação de metodologia para a construção dos núcleos;
- Articulação com SESI, SENAI, IEL e SEBRAE para apoio na formação dos núcleos;
- Articulação com BNDES e MCT para a formação dos Centros de Suporte à Inovação;
- Constituição do Comitê de Líderes Empresariais, com 18 grandes líderes;
- Reuniões itinerantes ao longo de 2010 em seis estados para mobilizar empresários para agenda da inovação: Rio Grande do Sul (30

Início	Fim
Janeiro de 2005	Dezembro de 2011



Status: continuidade da fase 2 do projeto que visa estruturar a rede de núcleos de inovação em todo território nacional.

de agosto), Santa Catarina (10 de setembro), São Paulo (22 de outubro), Pernambuco (18 de novembro), Bahia (19 de novembro) e Minas Gerais (dia 25 de novembro);

- Realização de workshop com empresas de consultorias especializadas em gestão de inovação para debater a proposta do Programa de Gestão da Inovação elaborada pelo BNDES e FINEP e apresentar as ações propostas da MEI para 2010. Estiveram presentes aproximadamente 40 especialistas;
- Lançamento de doze núcleos estaduais de inovação. Outros quatorze em fase de implantação até dezembro de 2010. Os núcleos lançados estão em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará e Pará;
- Lançamento de seis núcleos setoriais de inovação, coordenados pelas Associações Brasileiras Setoriais: ABM, CBIC, ABIFER, ABIT, ABIMAQ, ABIHPEC;
- Para melhor estruturar os núcleos, a CNI e o SEBRAE firmaram, no dia 1º de outubro, um convênio de cerca de R\$ 48,7 milhões;
- Além dos recursos financeiros provenientes da parceria com o SEBRAE, a CNI articulou com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o lançamento de um edital da ordem de R\$ 50 milhões com o objetivo de estruturar núcleos de apoio a gestão da inovação em todo território nacional, que deverão capacitar e apoiar as empresas na elaboração de seus planos de inovação;
- Como resultado de uma solicitação feita em reunião da MEI no dia 28 de junho, o governo federal criou a Sala de Inovação. A Portaria Interministerial nº 930, publicada no Diário Oficial da União no dia 8 de novembro de 2010, instituiu a sala, que oficialmente recebeu o nome de Comitê Pró-Inovação;
- Realização do Seminário Temático Preparatório da 4ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (4ª CNCTI) no dia 07 de abril de 2010;
- Assinado o Protocolo de Intenções das Entidades do Sistema Indústria (CNI, SESI, SENAI e IEL) com o objeto de definir compromissos para a elaboração e operacionalização do Programa Nacional de Inovação do Sistema Indústria – PNI.



### Programas e Projetos Associados:

#### Programa 61. Certificação Ambiental

**Objetivo:** Implementar mecanismos de estímulo às certificações ambientais, em especial a adoção de normas técnicas. O programa tem como base ações de sensibilização e capacitação empresarial para maior adoção de normas de gestão ambiental.

##### Projeto Associado 61-2. Análise de ciclo de vida

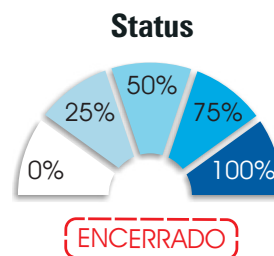
**Objetivo:** Capacitar entidades empresariais e empresas brasileiras para a utilização da ferramenta de análise de ciclo de vida.

##### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Shelley Carneiro.

**Status do Projeto:** Projeto encerrado. Empresas capacitadas na metodologia. Percepção mais acurada de uma potencial iniciativa do Poder Público (Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Estaduais/Municipais de Meio Ambiente, IBAMA) de passar a exigir a análise do ciclo de vida como condicionante para o licenciamento ambiental.

Início	Fim
Junho de 2005	Dezembro de 2006



#### Programa 62. Produção mais Limpa (P+L)

**Objetivo:** Disseminar o conceito de produção mais limpa no âmbito da indústria. Serão efetuadas ações de capacitação, sensibilização, mobilização e assistência técnica, a partir dos núcleos de P+L das Federações das Indústrias.

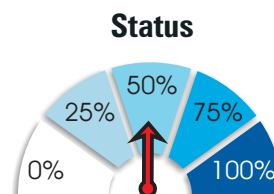
##### Projeto Associado 62-1: Eficiência Energética

**Objetivo:** Criar as condições necessárias para o sistema indústria estimular o mercado potencial de projetos de eficiência energética para a indústria nacional.

##### Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:

Wagner Cardoso.

Início	Fim
Janeiro de 2005	Julho de 2013





**Ações realizadas:**

- Negociação de novo convênio com a Eletrobrás para melhorar o desempenho de transformadores de distribuição da produção nacional;
- Negociação de novo convênio com SENAI para implementar e consolidar núcleos de eficiência energética nos sistemas estaduais da indústria;
- Levantamento do potencial técnico de 13 setores industriais de grande consumo de energia por etapa de produção;
- Análise da experiência nacional em programas industriais de eficiência energética;
- Levantamento dos fatores de sucesso dos principais programas internacionais de eficiência energética;
- Elaboração de nota técnica com resultados dos estudos e sugestões da CNI e Procel/Eletrobrás para maior dinamismo no mercado industrial de eficiência energética;
- Realização de seminário com ampla participação da indústria e de representantes do governo para discutir os resultados dos estudos e as sugestões de prioridades elaboradas pela CNI e Procel/Eletrobrás para maior dinamismo no mercado de eficiência energética industrial;
- Editoração dos relatórios com os potenciais técnicos de eficiência energética para 13 setores industriais;
- Editoração dos relatórios com as experiências nacionais e internacionais em programas de eficiência energética;
- Editoração do relatório de projetos de eficiência energética que podem captar recursos de MDL.
- Convênio com Procel/Eletrobrás (2010) visando identificar e avaliar programas de eficiência energética no Brasil e no mundo. Esse convênio tem finalização prevista para fevereiro de 2011. (92% concluído). Estão disponíveis as seguintes publicações:
  - Levantamento do potencial técnico de eficiência energética de 13 setores industriais de grande consumo de energia por etapa de produção;
  - Análise da experiência nacional em programas industriais de eficiência energética;
  - Levantamento dos fatores de sucesso dos principais programas internacionais de eficiência energética;

## Situação dos Programas e Projetos

- Experiências em projetos de eficiência energética que captaram recursos de MDL.
- Identificação de processos e tecnologias industriais com grande potencial de eficiência energética;
- Propostas de política públicas em eficiência energética e redução de emissão de gases de efeito estufa para o setor de papel e celulose;
- Realização de seminário com ampla participação da indústria e de representantes do governo para discutir os novos resultados dos estudos e as sugestões de prioridades elaboradas pela CNI e Procel/Eletróbrás (novembro 2010);
- Encontra-se em andamento convênio com a Eletrobrás para melhorar o desempenho de transformadores de distribuição da produção nacional. Será elaborado um estudo com diagnóstico de incentivos e barreiras legais para maior inserção de transformadores mais eficiente nas distribuidoras de energia elétrica.

### Projeto Associado 62-2: Rede CNI de Produção mais limpa (P+L)

**Objetivo:** Incorporar os conceitos de ecoeficiência nas organizações brasileiras por meio da implantação de P+L, reduzir os desperdícios e, ao mesmo tempo, melhorar o desempenho ambiental. Disseminar os conceitos de P+L e incentivar a sua aplicação.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Shelley Carneiro.

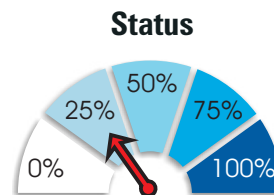
#### Ações realizadas:

- Assinatura de Termo de Cooperação para realização das atividades com o CNTL (SENAI-RS) (2008);
- Elaboração de Programa de Trabalho para implementação da rede nacional de P+L (2008);
- Implantação de novos núcleos de P+L em GO, AM, MS e ES (2009);
- Treinamento de 20 novos técnicos para os núcleos de P+L em MG, GO, AM, MS e ES (2009);
- Treinamento em Gestão de Negócios dos núcleos de P+L de MG, ES, GO, AM, BA, RJ, MS e RS (2009);

#### Status do projeto:

- Esse tema passará a ser implementado pelo SENAI.

Início	Fim
Novembro de 2007	Dezembro de 2010



### Projeto 62-3: Sistema Integrado das Bolsas de Resíduos do Sistema Indústria – SIBR

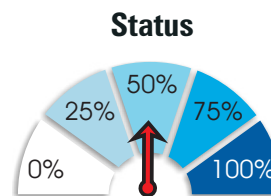
**Objetivo:** Implantar, operar e expandir o Sistema Integrado das Bolsas de Resíduos nas federações propiciando a criação de uma base de dados nacional, a harmonização de processos e incorporação das melhores experiências existentes.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Shelley Carneiro.

#### Ações realizadas:

- Estabelecimento da funcionalidade do SIBR;
- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica entre a CNI e as Federações dos Estados do Paraná, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Pará e Goiás;
- Lançamento do SIBR em junho de 2009 na FIERGS;
- Adesão das Bolsas de Resíduos dos Estados do RS, ES e SE ao SIBR;
- Início da negociação com uma empresa para estabelecer parceria estratégica ao SIBR;
- Administração do sistema através de convênio com a FIEP (2010).

Início	Fim
Agosto de 2007	Dezembro de 2011



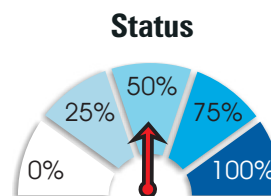
### Projeto 62-4: Recursos Hídricos

**Objetivo:** Influenciar na implantação dos Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, minimizando o impacto na competitividade do setor industrial.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433 de 1997 e complementada pela Lei 9.984 de 2000, conta com uma série de instrumentos. O maior potencial para influenciar na competitividade do setor industrial está na cobrança pelo uso da água e no enquadramento dos cursos de água. A aplicação de ambos os instrumentos é orientada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, que possuem representantes do setor industrial.

**Cobrança pelo Uso da Água:** Atualmente a cobrança pelo uso da água está implementada em 3 Bacias Hidrográficas de Rios do Domínio da União (Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; e São Francisco). Existem propostas de cobrança pelo uso da água em discussão na Bacia dos Rios Doce; Verde Grande e Paranaíba e propostas de revisão dos valores praticados na Bacia do Rio Paraíba do Sul e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Início	Fim
Novembro de 2007	Dezembro de 2012



Enquadramento dos Cursos de Água: O estabelecimento de objetivos de qualidade para os corpos de água terá repercussões na exigência sobre o lançamento de efluentes das indústrias. Atualmente este debate está em pauta no Comitê da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e a metodologia adotada deve orientar a definição de re-enquadramento das demais Bacias Hidrográficas do País.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Shelley Carneiro.

### **Ações realizadas:**

- Realização de reuniões da Rede de Recursos Hídricos da Indústria, envolvendo os representantes do setor industrial no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas câmaras técnicas, pontos focais nas Federações de Indústria dos Estados e em 14 associações setoriais (2010).
- Representação da Indústria nas Reuniões do CNRH e acompanhamento das Câmaras Técnicas (2010).
- Promoção do Workshop: Enquadramento dos cursos de água e definição de Metas Quali-Quantitativas com representantes das Federações Estaduais, Associações Setoriais e empresas industriais (2010).
- Interlocução com a Câmara Técnica de Planos do CNRH e com a ANA para a retirada da proposta de enquadramento dos cursos de água do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, apreciado pelo CNRH em dezembro (2010).
- Apoio técnico e financeiro à FIEMG na realização da Oficina de Usuários da Bacia do Rio Doce: Cobrança pelo uso da água, arranjo institucional, experiências existentes e proposta para a bacia do Rio Doce, realizada em fevereiro, em Belo Horizonte (2010).
- Apoio técnico e financeiro à FIESC na realização do Workshop: a cobrança pelo uso da água no Estado de Santa Catarina, realizado em setembro em Florianópolis (2010).

## Programa 63. Programas de Responsabilidade Social

**Objetivo:** Disseminar entre as empresas conceitos, práticas, políticas e ferramentas de responsabilidade social e capacitar os empresários para a adoção das ferramentas na condução diária de seus negócios.

### Projeto Associado 63-1: Articular os conselhos, núcleos ou grupos de responsabilidade social para atuação em rede

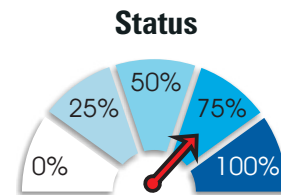
**Objetivo:** Articular os conselhos, núcleos ou grupos de responsabilidade social para atuação em rede.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Emerson Casali.

#### Ações realizadas:

- Realização, em 2006, de 5 reuniões do Conselho Temático de Responsabilidade Social (CORES) em Federações e Associações de Indústria, com o objetivo conhecer as iniciativas e estimular a ampliação de núcleos de responsabilidade social;
- Realização de 18 Fóruns Regionais de Responsabilidade Social;
- Realização do Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho 2006 (PSQT), envolvendo 2.039 empresas. O PSQT é reconhecido como ferramenta de mobilização para a responsabilidade social, por avaliar a qualidade da relação trabalhador – empregador;
- Realização, em 2008, de sete reuniões do Conselho Temático de Responsabilidade Social (CORES) em Federações Indústria, com o objetivo conhecer as iniciativas e estimular a ampliação de núcleos de responsabilidade social;
- Implantação, em 2008, de dois Conselhos Estaduais de Responsabilidade Social, ampliando o debate sobre o tema;
- Realização, em 2009, de cinco reuniões itinerantes do Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social (CORES), com o objetivo de conhecer as iniciativas dos Estados e estimular a ampliação de núcleos de Responsabilidade Social;
- Implantação, em 2009 de dois novos conselhos de Responsabilidade Social nos Estados do AC e PA. Totalizando 15 conselhos estaduais desde a criação no CORES-CNI em 2005;
- Realização de quatro reuniões do Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social, com crescente envolvimento e participação dos membros nas reuniões (2010);

Início	Fim
Mai de 2005	Dezembro de 2011



## Situação dos Programas e Projetos

- Realização de visita Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais (FGBS) para conhecer o projeto e avaliar a possibilidade de replicá-lo para outros estados, por meio das Federações de Indústria (2010).

### Projeto Associado 63-2: Fomentar a cultura da responsabilidade social no meio empresarial

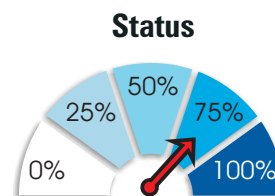
**Objetivo:** Fomentar a cultura de responsabilidade social no meio empresarial, através da elaboração de documentos de referência, da disseminação de boas práticas e da aplicação do “Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho” à Indústria.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Emerson Casali.

#### Ações realizadas:

- Elaboração e divulgação do documento “Responsabilidade Social Empresarial”, que apresenta conceitos, vantagens dos investimentos, projetos e parcerias que podem ser desenvolvidas por empresas nessa área (2006);
- Realização do Seminário “Responsabilidade Social – Agregando Valor para a Indústria”, em parceria com a HSM Management, em novembro de 2007;
- Realização do II Workshop sobre Responsabilidade Social Corporativa, como parte do acordo firmado por representantes da CNI e da sua congênere norueguesa, a NHO em novembro de 2007;
- Realização da terceira edição do Seminário Internacional de Responsabilidade Social, em parceria com a HSM Management, em novembro de 2008;
- Realização da Mostra de Responsabilidade Social da CNI, durante a 4ª edição do Encontro Nacional da Indústria, divulgando ações socialmente responsáveis indicadas pelos Estados através de seus conselheiros do CORES (2009);
- Lançamento do livro “Mais CORES no milênio”, destacando os projetos do Prêmio Construindo a Nação que incentivam o cumprimento das metas do milênio definidas pela Organização das Nações Unidas – ONU (2009);
- Reprodução e distribuição de DVD da Mostra de RSE para conselheiros do CORES (2010);
- Realização, pela CNI, de seminário nacional sobre a ISO 26000 e os impactos para o setor empresarial brasileiro (dez/2010);

Início	Fim
Setembro de 2005	Dezembro de 2012



- Participação em reuniões sobre a ISO 26000 e sensibilização de empresários e profissionais ligados à área de RSE das empresas quanto à Norma e a necessidade de levá-la ao conhecimento das lideranças das empresas (2010).

### Projeto Associado 63-3: Contribuir para a formulação de políticas públicas e para a criação e aperfeiçoamento da legislação de incentivos à responsabilidade social

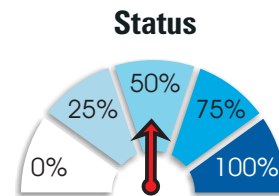
**Objetivo:** Identificar a legislação existente, avaliar oportunidades de aperfeiçoamento e elaborar propostas de políticas públicas com a visão da indústria.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Emerson Casali.

#### Ações realizadas:

- Avaliação da legislação existente e validação do conceito de responsabilidade social empresarial;
- Acompanhamento dos projetos de lei, com o objetivo de se elaborar pareceres e propostas legislativas;
- Participação em audiência pública contra a obrigatoriedade de publicação de Balanço Social pelas empresas com mais de 100 funcionários. Segundo a posição da CNI, o projeto desvirtua o sentido do Balanço Social e fere o princípio da voluntariedade que permeia o tema Responsabilidade Social (2009).
- Acompanhamento dos projetos de lei, com o objetivo de elaborar pareceres e propostas legislativas (2010).

Início	Fim
Agosto de 2005	Dezembro de 2015



### Projeto Associado 63-4: Mapear, acompanhar e apoiar ações, prêmios e certificações relativas à Responsabilidade Social Empresarial

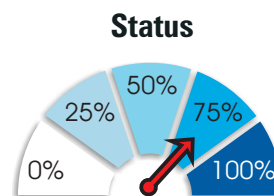
**Objetivo:** Mapear, acompanhar e apoiar ações, prêmios e certificações relativas à Responsabilidade Social Empresarial.

**Responsável Técnico na CNI pelo acompanhamento do Projeto:** Emerson Casali.

#### Ações realizadas:

- Lançamento da edição nacional do prêmio “Construindo a Nação”, realizado pela CNI, através do CORES, em parceria com o Instituto da Cidadania Brasil;
- Realização, pelo SESI, de pesquisa com 172 empresas, com o objetivo de colaborar para a criação da norma ISO 26.000. Estima-se que a publicação da ISO 26.000 ocorra em dezembro de 2008;
- Participação do Movimento Internacional BAWB (“Empresas que Lucram e Beneficiam o Mundo”) – setembro/2007;
- Organização e realização de Workshop de Responsabilidade Social em conjunto com a Confederação das Empresas Norueguesas (NHO) – novembro/2007;
- Apoio ao “Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho” (PSQT) – novembro/ 2007; Programas e Projetos
- Apoio ao Programa de Formação Cidadã, idealizado pelo Instituto FIEC de Responsabilidade Social. O programa tem como objetivo catalizar, induzir e disseminar a cultura da responsabilidade social junto às Instituições de Ensino Superior;
- Apoio ao “Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho” (PSQT) – novembro/ 2008, envolvendo 2.706 empresas. O Prêmio destaca o esforço das indústrias que investem em práticas diferenciadas de gestão e na valorização dos seus colaboradores;
- Apoio ao “Prêmio Construindo a Nação” do Instituto Brasileiro de Cidadania. O prêmio mostra aos jovens a necessidade de ser um agente de mudanças para sua comunidade, através da educação e da cidadania. Está presente em 18 estados do país e atinge mais de 200 mil alunos;
- Participação no Seminário sobre ISO 26000 - A Futura Norma Internacional sobre Responsabilidade Social, dias 02 e 03 de março de 2009, em São Paulo;

Início	Fim
Novembro de 2005	Dezembro de 2011





- Participação no BAWB (Global Forum – Call for Action) – Região Nordeste, de 15 a 17 de abril de 2009, em João Pessoa;
- Participação no BAWB (Global Forum – Call for Action) – Região Norte, de 14 a 16 de abril de 2009, em Belém;
- Participação no 7º Seminário Aberto em Minas Gerais – Responsabilidade Social Empresarial – IV Encontro Internacional – 14 a 16 de outubro de 2009, no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte;
- Apoio ao “Prêmio Construindo a Nação” do Instituto Brasileiro de Cidadania. Em 2009, o prêmio esteve presente em 23 estados, beneficiando 1163 escolas e seus 255.910 alunos;
- Lançamento do livro “Mais CORES no milênio”, destacando os projetos do Prêmio Construindo a Nação que incentivam o cumprimento das metas do milênio definidas pela Organização das Nações Unidas – ONU (2009);
- Apoio à divulgação no 1º Congresso Brasileiro de Ética nos Negócios (2010);
- Participação na Mostra FIESP sobre Responsabilidade Social (2010);
- Participação nos seis encontros do Grupo de Trabalho sobre a ISO 26000 – FGV (2010);
- Participação no Seminário: “Oportunidades e Desafios na Aplicação da Norma ISO 26000 nas Organizações”, promovido pela FGV (2010);
- Participação na quarta edição do Seminário Internacional de Responsabilidade Social, em parceria com a HSM Management (2010).

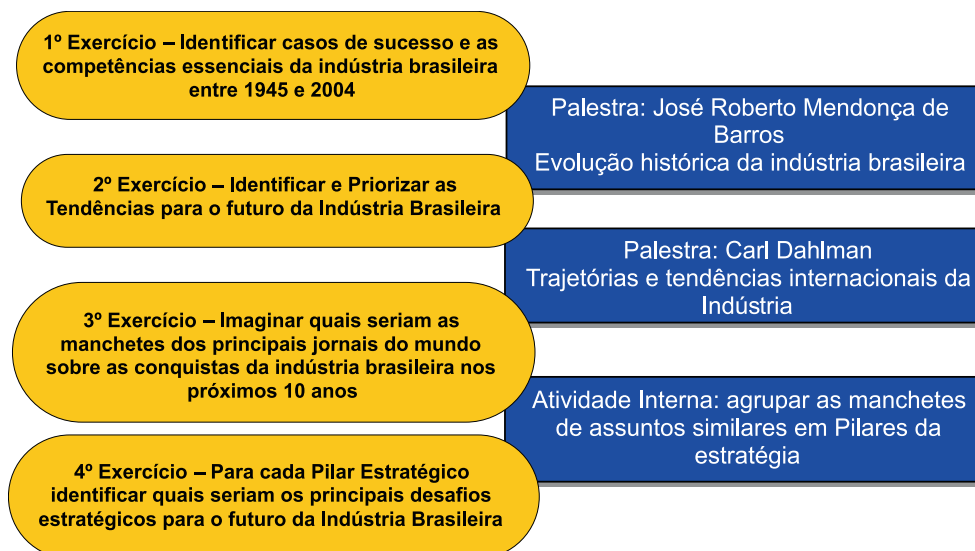
## HISTÓRICO

### Agosto de 2004:

- Elaboração da Visão compartilhada do Futuro da Indústria.

Mais de sessenta lideranças empresariais e industriais brasileiras (membros do Fórum Nacional da Indústria, Diretores e Coordenadores da CNI e líderes de grandes grupos empresariais) estiveram reunidas durante um dia e meio para discutir o futuro da indústria Brasileira nos próximos 10 anos e, desde então, teve início o processo de construção do Mapa Estratégico da Indústria Brasileira 2007 - 2015.

Os exercícios foram conduzidos com o apoio da Symnetics e a participação de expositores nacionais e internacionais.



### Agosto a Outubro de 2004:

- Desafios Estratégicos Setoriais e Regionais.

Os Conselhos Temáticos e Grupos Especiais de Trabalho da CNI qualificaram os direcionadores estratégicos para a Indústria e validaram o posicionamento de cada Entidade sobre os direcionadores estratégicos.

- Mapa Estratégico da Indústria – Tradução e Alinhamento

A partir dos direcionadores estratégicos foram definidos os Temas e Objetivos Estratégicos que fazem parte do Mapa Estratégico, os quais, posteriormente, foram validados pelos membros do FNI – Fórum Nacional da Indústria.

#### ■ **Novembro e Dezembro de 2004:**

- Definição de indicadores, Metas e Programas

As áreas técnicas da CNI elaboraram o conjunto de indicadores, metas e linhas de ação estratégicas (conjunto de 63 Programas), que foi validado pelos Conselhos Temáticos.

- Agenda Estratégica da Indústria – Compromisso e Responsabilidade

O FNI e Empresários convidados validaram a Agenda Estratégica da Indústria que propõe os desafios para o País para os próximos 10 anos.

#### ■ **Abril de 2005:**

- Início da divulgação do Mapa da Indústria

A divulgação do Mapa está sendo realizada por meio de Seminários e palestras nas Federações de Indústria nos estados, associações, governos e comunidade em geral.

O documento foi entregue a líderes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo distribuído em 2005 um total de 12.000 exemplares.

#### ■ **Junho a Outubro de 2005:**

- Detalhamento de Indicadores e Programas Estratégicos

As Unidades Temáticas da CNI identificaram projetos em desenvolvimento que estão alinhados aos Programas definidos. Para os programas que não possuem projetos em desenvolvimento elaboraram proposição de ações e projetos, que foram validados pelos Conselhos Temáticos.

#### ■ **Outubro de 2005 a Março de 2006:**

- Implantação de um sistema de gestão

Implantação do software *Digital Cockpit* e capacitação da equipe.

- Início do desenvolvimento dos projetos.

### ■ Março de 2006 a Março de 2011:

- Implementação e Monitoramento dos programas e projetos;
- Elaboração de relatórios de gestão;
- Acompanhamento das metas;
- Implantação de ferramenta de gestão de projetos – MS Project Professional;
- Capacitação da equipe em MS Project Professional;
- Curso básico de gestão de projetos para toda equipe;
- Elaboração e divulgação do 1º, 2º e 3º Caderno de Indicadores;
- Revisão dos objetivos estratégicos do Mapa;
- Revisão das metas dos 18 principais indicadores do Mapa.

### REVISÃO DO MAPA

A Confederação Nacional da Indústria iniciou, em junho de 2008, processo interno de revisão do Mapa Estratégico da Indústria através da discussão com as equipes técnicas e os Conselhos Temáticos Permanentes da CNI. A primeira fase desse processo tratou essencialmente dos objetivos estratégicos do Mapa, os quais representam os desafios principais da indústria brasileira frente ao desenvolvimento sustentável.

A proposta de revisão dos objetivos estratégicos foi apresentada e validada em reunião do FNI realizada em março de 2009, e as principais alterações propostas foram:

1. Inserção do conceito de desenvolvimento sustentável nas várias perspectivas do Mapa; maior consistência entre os vários objetivos do mapa com a visão de desenvolvimento sustentável.
2. Maior ênfase às questões ambientais e de mudanças climáticas, resultando em alterações necessárias nos Resultados Esperados para o País, bem como no Posicionamento proposto pela indústria para o Brasil.
3. No Tema “Inserção Internacional”, dá-se ênfase à melhoria do ambiente doméstico para o comércio exterior e enfatiza-se o apoio à atuação externa das empresas brasileiras e sua preparação para atuarem no exterior. A mudança visa dar maior abrangência ao objetivo que estava concentrado em negociações internacionais e no desenvolvimento de marcas, que é apenas uma das dimensões para a atuação externa das empresas.
4. Na temática de “Inovação” a principal alteração é a inclusão do aprimoramento do ambiente para inovação. Permanece o objetivo “Estimular a inovação nas empresas” e há uma fusão de objetivos relacionados com o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e o fomento de mecanismos de acesso ao conhecimento.
5. Alteração no nome do tema de “Responsabilidade Social e Ambiental” para Responsabilidade Social e Gestão Ambiental. A dimensão ambiental foi incluída em vários outros objetivos do Mapa.
6. No tema da “Liderança Empresarial” o ajuste torna mais claros os objetivos ao separar a visão estratégica do aperfeiçoamento da liderança empresarial e destacar o aperfeiçoamento dos mecanismos de influência da formulação de políticas públicas.
7. Em “Educação” são mantidos os objetivos atuais. A alteração na questão de “Saúde” visa dar maior foco à ação da indústria através da ênfase da qualidade dos gastos públicos em saúde e questões regulatórias que afetam os custos do sistema privado de saúde, com impacto nas empresas.
8. Nas questões associadas ao tema de Infraestrutura a proposta revisa o texto dos objetivos associados à energia e telecomunicações, para focalizar melhor as ações.

Em outubro de 2009, a CNI, em continuidade ao processo de revisão do mapa iniciado em 2008, apresentou a proposta de revisão das metas para 2010 dos 18 principais indicadores do Mapa. As principais alterações propostas foram:

1. Indicador: Índice de Produtividade da Indústria - redução da meta de 6,0% a. a. para 3,5% a. a.
2. Indicador: Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB – redução da meta de 25,0% para 20,0% até 2010.
3. Indicador: Crédito / PIB – aumento da meta de 40,0% para 50,0% até 2010.
4. Indicador: Taxa Real de Juros – redução da meta de 6,0% para 5,0% até 2010.
5. Indicador: Carga Tributária – aumento da meta de 30,0% para 33,0%.
6. Indicador: Índice de GINI – redução da meta de 0,52 para 0,50.



Confederação Nacional da Indústria  
Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen  
CEP: 70040-903 - Brasília-DF Fone: (61) 3317-9000  
[www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)